



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CAMPUS PAU DOS FERROS

CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FRANCISCO CARLOS PEREIRA

**QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
EDIFICADOS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO
SÃO GERALDO**

PAU DOS FERROS – RN

2016

FRANCISCO CARLOS PEREIRA

**QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
EDIFICADOS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO
SÃO GERALDO**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Antonio Carlos Leite Barbosa, Prof. Me.

Co-orientador: Trícia Caroline da Silva Santana Ramalho, Profa. Dra.

PAU DOS FERROS - RN

2016

P436q Pereira , Francisco Carlos.

Qualificação urbana na promoção dos espaços públicos edificados:
Uma proposta de intervenção para a Comunidade do São Geraldo /
Francisco Carlos Pereira . - 2016.

78 f. : il.

Orientador: Antonio Carlos Leite Barbosa.
Coorientadora: Tricia Caroline da Silva Santana Ramalho

Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-
árido, Curso de Ciência e Tecnologia,
2016.

1. Projeto . 2. Intervenções Urbanas . 3. Qualificação Urbana . 4. Comunidade
do São Geraldo .

I. Barbosa, Antonio Carlos Leite , orient. II. Ramalho , Tricia Caroline
da Silva Santana , co- orient. III. Título.

CRB-15/658

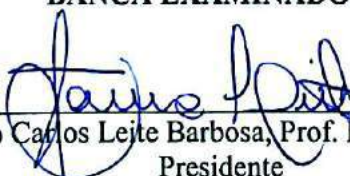
FRANCISCO CARLOS PEREIRA

**QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
EDIFICADOS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO
SÃO GERALDO**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ciência e Tecnologia.

Defendida em: 31 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA


Antonio Carlos Leite Barbosa, Prof. Me. (UFERSA)
Presidente
Docente
Mat. SIAPE 204458


Trícia Caroline da Silva Santana Ramalho, Prof. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador
Docente
Mat. SIAPE 1380369


Emanuel Freitas da Silva, Prof. Me. (UFERSA)
Membro Examinador
Docente em Sociologia
Mat. SIAPE 1086756

Dedico este trabalho à minha mãe que em cada segundo da minha vida, esteve comigo, me apoiando e dando forças para continuar.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, saúde e força que me proporcionou durante a realização deste trabalho.

A minha mãe, dona Chaga, pela mulher batalhadora que sempre foi, pelo seu apoio incondicional em todos os momentos de minha vida e, sobretudo pelo incentivo durante a jornada acadêmica. O seu encorajamento, sem dúvidas, foi o combustível para seguir em frente, independentemente das dificuldades durante o percurso.

A meu orientador, amigo e professor Antônio Carlos Leite, que sempre acreditou no meu potencial e enxergou as possibilidades em meio aos desafios. Agradeço por cada minuto dedicado à leitura desse trabalho, cada conselho, sermão, palavra de apoio, cada gesto amigo. Sem dúvidas o senhor foi peça fundamental para a conclusão desse trabalho.

A minha co-orientadora, professora Trícia Santana, que acreditou no meu trabalho, me afluorou ideias e corroborou na estrutura e desenvolvimento desse trabalho.

Ao professor Emanuel Freitas pela disponibilidade em avaliar o trabalho.

A meus irmãos, Ataandra, Pedro Henrique e Carla, pela compreensão e apoio durante esse período de dedicação.

Aos amigos, pela compreensão nas ausências nos períodos de estudo e pelo apoio durante os momentos mais difíceis.

*“Há uma força mais poderosa que o vapor, a
eletricidade e a energia atômica: A vontade”*

- Albert Einstein

RESUMO

O crescimento populacional e, sobretudo o desenvolvimento econômico, propiciaram a expansão das cidades brasileiras de forma acelerada nas últimas três décadas. Neste período, ocorre uma periferização maciça dos territórios, propiciando a insurgência de conflitos socioespaciais e, doravante, a sonegação do direito à cidade de forma igualitária à população. Com efeito, a destinação de investimentos a áreas específicas da cidade, principalmente com maior potencial de retorno capital torna-se uma realidade, paralelamente, ao abandono e sucateamento dos bairros mais pobres da *urbe*. Intervenções urbanas são idealizadas com diversas finalidades, e dão um novo olhar à superação dos obstáculos advindos em meio a esse cenário, quando realizados de forma condizente com as peculiaridades locais. A comunidade do São Geraldo, localizada na cidade de Pau dos Ferros – RN, enquadra-se na configuração descrita, com restrições nítidas de urbanização e dificuldades crescentes no atendimento às necessidades locais. A escassez de espaços de convívio e lazer nesse bairro, justificam a necessidade de estudos e proposições orientadas a solução desses obstáculos. Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem por objetivo desenvolver uma proposta de intervenção urbana para o Bairro São Geraldo melhorando a qualidade de vida dos moradores e frequentantes do local. Para tanto, adotou-se como metodologia uma estrutura de etapas que compreenderam levantamento bibliográfico, jornadas de campo e desenvolvimento de uma proposta gráfica preliminar visando a superação dos desafios sociais e urbanísticos existentes. São apresentadas como resultados o mapeamento das potencialidades, dificuldades e necessidades do bairro São Geraldo que, em conjunto, justificam cada uma das proposições adequadas a realidade local. A realização da pesquisa propiciou a criação de um alicerce ao desenvolvimento de novos estudos à comunidade e, ainda, à projetos de qualificação urbana voltados às áreas de interesse social.

Palavras-chave: Qualificação Urbana. Espaços Públicos. Intervenção. Projeto. São Geraldo

ABSTRACT

In the last three decades, the population growth and economic development resulted in an accelerated expansion of the Brazilian cities. In this period, there is a massive peripherization of the territories. This peripherization allows the insurgency of socio-spatial conflicts, and does not give to the population the equally right to the city. In effect, an investment destined to specific areas of the city, the ones with greater potential of return, becomes a reality. But in parallel, the poorest neighborhoods of the city are abandoned and in scrapping. Urban interventions are idealised for many purposes, and when they are performed in accordance with the local peculiarities, they show a new way to overcome the obstacles arising in the middle of this scenario. The community of São Geraldo neighborhood, located in Pau dos Ferros - RN, is part of the configuration described, with sharp restrictions of urbanization and increasing difficulties in meeting local needs. The shortage of living spaces and leisure in this neighborhood justify the need of studies and proposals intended to solve these obstacles. In this perspective, this study has the objective of developing a proposal for urban intervention in the São Geraldo neighborhood, which will improve the quality of life of the residents and people who visits there. Therefore, it was adopted as methodology a stepwise structure that included literature, field days and the development of a preliminary graphical proposal to overcome the existing social and urban challenges. The mapping of potential, problems and needs of the São Geraldo neighborhood are presented as results of this work. All results together, justify each of the appropriate propositions to local reality. This research led me to create a foundation for the development of new studies about the community and also to urban qualifying projects related to the areas of social interest.

Keywords: Urban Qualification . Public spaces. Urban intervention. Project. the São Geraldo neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Praça Monsenhor Caminha em Pau dos Ferros - RN, antes da requalificação.....	29
Figura 2: Praça Monsenhor Caminha, após processo de requalificação	29
Figura 3: Terreno subutilizado onde foi construída a praça de eventos do município de Encanto-RN	30
Figura 4: Projeto de qualificação urbana de terreno subutilizado no município de Encanto – RN	30
Figura 5: Projeto de praça infantil multiuso, com Pista de cooper e ciclovía	36
Figura 6: Projeto de praça em Santo Antônio no Canãa, com incorporação de equipamentos para ginástica, esportivos e Playground	37
Figura 7: Largo do pelourinho em Salvador - BH	37
Figura 8: Largo do Pelourinho em Salvador – BH	37
Figura 9: Projeto de revitalização da Avenida Tancredo Neves em Foz do Iguaçu	38
Figura 10: Jardins suspensos na Via Mangue em Recife – PE	38
Figura 11: Parque Ibirapuera	39
Figura 12: Parque temático, <i>beach park</i> , localizado no litoral do Ceará	39
Figura 13: Parque Maeda (parque pesqueiro)	40
Figura 14: Calçadão da Praia de Iracema.....	41
Figura 15: Larguras adequadas para faixas de uso das calçadas.....	44
Figura 16: Símbolo internacional de acesso	46
Figura 17: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.....	46
Figura 18: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.....	47
Figura 19: Dimensões características de piso tátil	47
Figura 20: Localização da cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte.....	51
Figura 21: Imagem aérea do bairro São Geraldo	52
Figura 22: Alto Fluxo de veículos de vários portes na via do São Geraldo.....	55
Figura 23: Veículos estacionados a margem da estrada e ultrapassagens de risco no bairro.....	55
Figura 24: Casas construídas em “valas” na comunidade do São Geraldo.....	56
Figura 25: Casas construídas bem próximas ao sistema viário do São Geraldo	56

Figura 26: Única praça do Bairro São Geraldo	57
Figura 27: Bar as margens da via de acesso do Bairro São Geraldo.....	57
Figura 28: Escola de nível fundamental da comunidade do São Geraldo.....	57
Figura 29: Creche inutilizada no Bairro São Geraldo	57
Figura 30: Fluxograma das etapas do estudo preliminar de qualificação urbana	60
Figura 31: Proposta de qualificação urbana para a comunidade do São Geraldo	61
Figura 32: Praça de atividades esportivas	61
Figura 33: Detalhamento da praça de atividades esportivas	62
Figura 34: Proposta de pista de Skate em formato de piscina	62
Figura 35: Proposta de jardim central e rotatória.....	63
Figura 36: Praça Raul Soares, Belo Horizonte - MG.....	63
Figura 37: Praça voltada ao lazer cultural.....	64
Figura 38: Praça de recreação para diversas idades	65
Figura 39: Praça com vista para a cidade.....	65
Figura 40: Revitalização dos espaços públicos existentes e instalação de posto policial	66
Figura 41: Modelo de posto policial	66
Figura 42: Proposta de via, ciclovia e passeios públicos	67

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapeamento dos pontos de conflito e dificuldades	54
Mapa 2: Mapeamento das potencialidades e pontos de interesse do bairro	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Função Social das Praças.....	36
Quadro 2: Espaços necessários para circulação horizontal.....	46
Quadro 3: Largura das faixas de acordo com o tipo de via	48
Quadro 4: Obras realizadas pelo poder público nas duas últimas décadas.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

LISTA DE SÍMBOLOS

- © Copyright
- ® Marca registrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 LAZER E PLANEJAMENTO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES	19
2.1 O espaço urbano e as pequenas cidades.....	19
2.3 Sobre a promoção do lazer.....	21
3 PROJETOS E INTERVENÇÕES URBANAS: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE MODIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS	24
3.1 A importância da imagem do lugar para o projeto urbano.....	24
3.2 Intervenções urbanas sob análises: conceituando os processos de modificação dos espaços.....	25
4 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PERMANÊNCIA E PASSAGEM PARA AS CIDADES PEQUENAS.....	32
4.2 Espaços Públicos edificados: Dos Parques às Praças, dos passeios à cidade.....	35
4.2.1 Praças	35
4.2.2 Parques	38
4.2.3 Passeios públicos.....	40
5 DIRETRIZES PARA QUALIFICAÇÃO E PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	42
5.2 Normas, decretos e leis	43
5.2.1 Calçadas	43
5.2.2 Preservação ambiental.....	44
5.2.3 Acessibilidade	45
5.2.4 Vias e Ciclovias de Acesso	47
5.3 Metodologias para projetos de espaços públicos	49
6 PERCURSO METODOLÓGICO	51
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
7.1 Análise da área de estudo.....	54
7.2 Uma proposta de qualificação urbana para o bairro São Geraldo – estudo preliminar	59
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69

1 INTRODUÇÃO

As três últimas décadas foram marcadas por intensas modificações nos modos de ocupação e interação com o espaço. Os territórios, que outrora abrigavam uma população bem dividida entre o campo e a cidade, passam a se delinear em um contexto cada vez mais urbano, em decorrência do crescimento populacional e, sobretudo pela suposta melhoria de vida que se buscava adquirir nos grandes centros. As cidades crescem como resposta a essa nova configuração, adquirindo funcionalidades, usos e significações que transparecem, ora melhores possibilidades de qualidade de vida a uma parcela de sua população, ora uma série de problemas socioespaciais que preconizam a busca pela melhoria do ambiente construído.

Moradias precárias, saneamento e mobilidade urbana deficiente e a falta de equipamentos urbanísticos básicos (para citar apenas alguns exemplos), compõe uma lista de necessidades que se instalam em meio ao avanço do urbano, como consequência das novas demandas da *urbe*, por educação, saúde, segurança e lazer. Apesar da inclinação dessa configuração aos grandes centros, as cidades pequenas têm sofrido com essas questões de maneira análoga, perante um crescimento expressivo motivado, sobretudo pelo desenvolvimento econômico.

A cidade de Pau dos Ferros exemplifica a problemática em tela, dado os caminhos e agentes que corroboram as mudanças significativas na sua estrutura física e social. Localizada na Mesoregião Oeste do estado brasileiro do Rio Grande do Norte, o pequeno município conta com pouco mais de 27.745 habitantes segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, destacando-se na região como polo comercial e de serviços. Essa caracterização econômica explica o favorecimento da expansão municipal e, por conseguinte, uma vertiginosa “periferização” marcada pela formação de assentamentos precários. A comunidade do São Geraldo retrata bem a realidade descrita, dada sua expansão significativa paralelamente à instalação de uma série de encalces verificada ao longo do seu processo de ocupação e crescimento.

Com relação a infraestrutura do São Geraldo, é notável alguns pontos que mais tem gerado imposição do acesso à urbanidade principalmente em relação a segurança das moradias, salubridade do ambiente e melhoria da qualidade de vida. Em meio a esses impasses urbanísticos, a mobilidade deficiente, transparece como uma das primeiras questões a serem discutidas. Com estreitas vias de circulação, falta de sinalização e asfaltos degradados ao longo de todo bairro, a circulação de pedestres e veículos tem se tornado cada vez mais caótica, pondo em risco o deslocamento nessa região. A construção de habitações de maneira

espontânea, por sua vez, gera ainda mais problemas aos habitantes da comunidade que se instalam em valas, áreas sem saneamento básico e bem próximos ao sistema viário, prejudicando a segurança dos moradores e dificultando o acesso à moradia digna e segura. A iluminação na comunidade é notadamente restrita, de forma que os poucos postes existentes juntamente com a luz proveniente das residências não são suficientes para amenizar o escuro que compromete, sobretudo, a segurança e movimentação nessa área durante o período noturno. A falta de investimentos na construção de equipamentos de lazer e convívio como praças, parques públicos e áreas de esportes, transparece o descaso com a população sujeita a espaços degradados ou à locomoção para outros bairros da cidade. A escassez de alternativas que busquem sanar as necessidades vistas torna ainda mais instáveis as condições do direito à cidade, construindo a imagem de um ambiente esquecido, apesar de investimentos pontuais do poder público na reversão desse quadro. Os fenômenos de gentrificação, segregação socioespacial e exclusão social refletem bem as consequências desse descaso com as camadas menos favorecidas financeiramente e o abandono das áreas com menor possibilidade de retorno capital, o que se verifica nitidamente no caso em estudo.

Um plano de necessidades com base nas problemáticas existentes permite de imediato, a sugestão de intervenções urbanas como a construção de ciclovias, quadras poliesportivas, postos policiais, calçadas, praças e parques, atrelado a um trabalho social de atendimento às famílias na promoção da melhoria social e, por conseguinte, na construção de uma nova perspectiva para seus moradores e visitantes. Com efeito, o desenvolvimento de estudos sobre o São Geraldo que visem a elaboração de melhorias à sua população em escala social e urbanística se faz essencial e urgente. Intervenções urbanísticas de maneira planejada e coesa com a realidade de preservação dos patrimônios edificados e sociais através de uma qualificação urbana, apresenta-se como uma boa alternativa à essas inquietações. Pensando nessas necessidades e na consequente dificuldade na idealização de projetos de intervenção sob o viés apresentado, a presente pesquisa objetiva desenvolver uma proposta de intervenção urbana para o Bairro São Geraldo no município de Pau dos Ferros – RN, melhorando a qualidade de vida dos moradores e frequentantes do local.

A realidade em pauta, nos leva a reflexão sobre os seguintes questionamentos: É possível uma qualificação do bairro São Geraldo visando o direito à cidade em sua totalidade? Quais as especificidades locais que levam ao projeto de intervenção urbana? De que forma o projeto preservará a equidade socioespacial, o ambiente construído e os recursos ambientais?

A resposta a essas questões envolve um estudo aprofundando sobre diversos pontos e pesquisas a serem realizadas no bairro, a partir dos quais será possível a criação de um projeto de benefício a todos.

A consideração das assertivas e objetivo colocados orienta a divisão da pesquisa em curso em oito capítulos. O capítulo 1 traz as ideias iniciais sobre o problema da pesquisa, expondo as principais questões a serem sanadas para o desenvolvimento do trabalho. Do capítulo 2 ao 5 foi feita a construção do arcabouço teórico, indispensável à concretude da proposta de estudo. Nessa parte foram seguidas duas linhas de análise, que compreendem a teoria que explica as questões por trás da problemática do crescimento das cidades e, em seguida, as questões mais técnicas ligadas ao desenvolvimento de um projeto urbanístico voltado a concretude da proposição de trabalho exposta. De maneira mais específica, a primeira parte, permeia os capítulos 2 e 3, e envolve o estudo do espaço urbano com seus agentes e fenômenos através da abordagem dos seguintes pontos: Expansão urbana, pequenas cidades, qualificação, requalificação; entre outros processos de intervenção urbana, percepção, imagem e psicologia ambiental. A segunda parte, por sua vez, está contida nos capítulos, 4 e 5, e envolve os seguintes tópicos: A importância dos espaços livres públicos de permanência e passagem para as cidades pequenas e, em sequência, Diretrizes para a qualificação e projeto de espaços públicos. No capítulo 6 é construído o percurso metodológico da pesquisa com a abordagem dos Procedimentos e instrumentos utilizados, além do foco e escopo do trabalho. O capítulo 7 e seus subtópicos correspondem a parte dos resultados alcançados e abordam a descrição da área de estudo e necessidades dessa (seção 7.1) além da apresentação e justificação do projeto gráfico desenvolvido (seção 7.2). A análise conclusiva, por fim, é feita no capítulo 8 trazendo uma análise sucinta da idealização, execução e dificuldades na realização do projeto de qualificação urbana.

2 LAZER E PLANEJAMENTO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES

2.1 O espaço urbano e as pequenas cidades

Intensas modificações nos modos de uso e ocupação do solo urbano foram marcantes desde a metade do último século. Neste período, as cidades crescem exponencialmente e de maneira cada vez mais descontrolada, incorporando inúmeros problemas socioespaciais durante a emancipação e divisão dos territórios em municípios. Os usos da terra são distribuídos em setores adversos destinados à concentração das atividades comerciais, serviços, áreas de beneficiamento social e de habitação, sendo este conjunto complexo de organização, definido como espaço urbano (CÔRREA, 1989). A justaposição de cada um desses elementos impõe a existência de diferentes dimensões na forma de produção do lugar e, conseqüentemente, caracterizações distintas. No tocante a dimensão dos territórios, propõe-se aqui, uma breve discussão sobre as pequenas cidades, com aporte principal para às suas dificuldades de promoção dos direitos sociais e urbanísticos. Silveira e Carvalho (2014) compreendem algumas características para a classificação dessas localidades, elencando entre estas, a limitação de recursos financeiros, a existência de espaços rurais, além da predominância das paisagens não urbanizadas. Todavia, o conceito de pequena cidade é amplo e ao mesmo tempo complexo sendo que sua designação envolve várias implicações que vão além do aspecto populacional ou extensão territorial.

Os critérios para delimitação e conceituação do que seria uma cidade não são universais. Alguns estudiosos do urbano estabelecem critérios rigorosos para caracterizar um determinado assentamento humano como cidade e assim relegam cidades menores a um limbo conceitual e até mesmo modificam suas características de conceituação ao afirmarem serem as pequenas cidades, não-cidades (BACELAR, 2010, p.2).

Com base nestes preceitos, as cidades pequenas podem ser definidas, em geral, como conglomerados ou agrupamentos territoriais, em sua maioria com limitadas extensões de terra e população, sendo que estes critérios não são absolutos ou definitivos, na classificação desses espaços. De maneira mais marcante, caracterizam-se por poucos investimentos da esfera pública/privada em grandes obras de acesso aos equipamentos de saúde, educação, segurança e lazer.

Expostas essas designações, é salutar a observação do aumento do número de pequenos municípios de forma paralela a periferização desses espaços, resultando no desdobramento da problemática urbana, refletida em questões como o acesso aos equipamentos de segurança, saúde, educação e lazer.

Toda a organização social e produtiva do país tem reflexos na questão urbana. Nas cidades os problemas se acumulam. Aponta-se, nas metrópoles a coexistência de duas cidades: Uma global, estruturada através das lógicas de mercado, e outra local, marginalizada. As regiões metropolitanas apresentam de modo geral, déficit habitacional, assentamentos ilegais com saneamento básico precário, problemas ambientais, violência, insegurança, dificuldades para manter seus sistemas de saúde, educação e transporte (SAKATA, 2011, P.46).

Todas essas questões enraizadas na vida urbana implicam na infração do direito à cidade, defendido por Lefebvre (1991), na qual a igualdade e o acesso às demandas da vida cidadina compreendem, quando alcançadas, a cidadania. Com efeito, é intensificada a busca por estratégias de convívio com os desafios do crescimento irrefutável, e na conquista dos direitos sociais. Apesar da passividade no direcionamento dos grandes projetos de infraestrutura, é fato, o desejo no acesso à esses bens, na mudança das perspectivas de vida, na superação dos entraves sociais.

A problemática em pauta, não se restringe aos grandes centros, como é idealizado e difundido. Pelo contrário, são nas cidades pequenas que se observa mais nitidamente a menor destinação de investimentos, e orientações mais restritas sobre as obras de beneficiamento da população. Bacelar (2010, p.5), compartilha desse pensamento, relacionando a diferença entre os problemas vistos nas cidades de pequeno e grande porte, além das principais causas que levam ao desdobramento desse quadro:

Os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença reside na escala. Nessas localidades o processo de favelamento existe e está intimamente relacionado ao processo de modernização do campo que expulsa levas de migrantes para as periferias destas localidades e, também, geram os conflitos habitacionais com invasões e ocupações de áreas de risco.

Como ferramenta na superação dos desafios da urbanidade, ganham destaque novos discursos sobre planejamento urbano concebido como meio de preparação e remediação das problemáticas vivenciadas:

O planejamento traz conceitos, metodologias e instrumentos para fazer de um futuro previsível um futuro possível, desejado. Nesse sentido, toda a fase do diagnóstico serve ao planejamento urbano como a base segura para se prever a realidade com a

qual se deve trabalhar – uma base segura para se fazer um prognóstico (DUARTE, 2013, p.34)

O planejamento urbano, portanto, corresponde a um conjunto de medidas administrativas, sociais e urbanísticas que visam a organização do território e de sua expansão, propiciando à população os requisitos mínimos de sobrevivência e bem-estar na sociedade. Paradoxalmente, o ideal desse processo não é seguido à risca, de forma que se construiu ao longo dos anos uma imagem falseada sobre a existência de um desenvolvimento, que encobre a periferização acelerada, a formação de assentamentos precários e os processos de segregação tornando os investimentos localizados e direcionados a uma parcela restrita da população. O entendimento e melhoria das cidades, portanto, compreende o estudo apropriado dos seus problemas e, sobretudo a remediação desses, visando o atendimento igualitário de sua população. Dentre as várias lacunas a serem sanadas na concretude do espaço urbano idealizado e necessário, a busca pela qualidade de vida e do convívio social, são ou deveriam ser princípios básicos.

2.3 Sobre a promoção do lazer

É fato que a cidade deve conceder aos seus habitantes meios de promoção da saúde, segurança, educação e qualidade de vida. O atendimento desses preceitos, devem ser concebidos idealmente de maneira conjunta, sem beneficiamento de um critério em detrimento do outro, para que a população tenha o direito pleno a urbanidade e, por conseguinte, o bem-estar, o gosto pela localidade. É critério básico para a modelagem de lugares com estas discriminações, a existência de ambientes de lazer livres e acessíveis a sua população. O lazer pode ser entendido como a prática e apropriação dos lugares de formas distintas a fim da obtenção de satisfação pessoal de forma física ou psicológica. Para Dumazedier (2001, p.34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Gaelzer (1979, p.12) comenta ainda sobre o estado pessoal particular na obtenção do lazer, colocando este “[...] como a harmonia entre a atitude, o desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo. É um estado mental ativo associado a uma situação de

liberdade, de habilidade e de prazer”. Robba e Macedo (2002, p.18), por sua vez, ressaltam a importância dos espaços de lazer para a população, abordando o perfil desses equipamentos na atualidade:

“Lazer foi um dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de suma importância para o habitante urbano do século XX. Os espaços livres públicos são uma das opções mais significativas de área de lazer, e, nesse contexto, paisagistas arquitetos e mesmo usuários já não aceitam o modelo eclético de parque e praça, principalmente no que diz respeito ao programa de atividades” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.18).

É essencial, neste contexto, que hajam políticas públicas, galgadas no estabelecimento de um lazer igualitário, atendendo as regiões menos favorecidas e carentes, sem o comprometimento, ainda assim, de áreas de interesse cultural e comercial:

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada na esfera da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p.57)

Na construção e idealização do espaço, questões econômicas e sociais são levantadas, de maneira que cada localidade é modelada com características ligadas ao perfil da população e ações do poder público. “Em termos de investimento, geralmente o Estado privilegia as áreas ocupadas por população de maior poder aquisitivo, deixando em plano secundário os assentamentos residenciais periféricos” (FERNANDES, 1993, P.208). O oferecimento de serviços, meios de subsistência e melhores condições de vida, culminam na atribuição de determinados valores a áreas específicas, ou seja, certos espaços acabam sendo direcionados ao comércio enquanto outros ficam vocacionados a moradia. É neste contexto de valorização de seletas regiões que temos o processo de periferação, no qual as cidades são concebidas pelo desenvolvimento desigual e combinadas, permeando na produção do capital e comercialização descontrolada (BORGES; ROCHA, 2004). A falta de planejamento para o desenvolvimento, propicia ainda, o isolamento de seus habitantes e a falta de posicionamento destes nos rumos da cidade, o que implica na falta de espaços para o lazer, quase sempre colocado numa falsa hierarquia de necessidades (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006).

Em meio a configuração descrita, insurge a idealização da “cidade de todos”, que na prática, se materializa como um espaço de poucos, regido e remodelado, segundo os interesses da elite. A relação entre o Estado e as classes com maior poder aquisitivo

permanece, mesmo depois de inúmeras conquistas sociopolíticas como o voto e a Constituição Federal, sendo o beneficiamento entre as partes concebido de maneira camuflada ou imperceptivelmente. De fato, as verbas administrativas dos municípios são orientadas a um lugar específico da cidade muitas vezes em detrimento dos proveitos comerciais, ou pela visualização de destaque recebida na localização escolhida. “Existe um componente ideológico que faz, por exemplo, com que o aparelhamento e o embelezamento do espaço das elites seja considerado como benfeitoria para a cidade como um todo” (SAKATA, 2011, p.42).

Os investimentos da esfera pública e privada acabam sendo restritos, seletivos e excludentes; direcionando os bens, serviços, áreas de contemplação e lazer a regiões centrais, bairros com forte apelo cultural e/ou histórico. As regiões periféricas, por sua vez, ficam, em sua maioria, a mercê de raros e modestos projetos de beneficiamento coletivo. Essa situação, nitidamente insatisfatória no atendimento do direito à cidade, acaba estagnado no conformismo popular e do poder público, diante da dominialidade e dimensão adquirida pelos projetos implantados estrategicamente na *urbe*. Como complementa Sakata (2011, p.43), “o embelezamento dos bairros-vitrine se for divulgado de forma a envaidecer a população, será aprovado por todos, mesmo pelo morador de uma área distante, que talvez nem tenha acesso ao local”.

É transparente o descaso na destinação de investimentos ou na inexistência destes para a construção de equipamentos de lazer, de maneira que, quando concebidos, são em sua maioria assumidos pela iniciativa privada, alterando a razão social para a existência de tal edificação (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006). Ressalta-se, porém, a importância imprescindível da viabilização de proposta ao lazer coletivo, com a construção de praças, parques, áreas de esportes, destinadas ao convívio e satisfação social. “Para lutar contra essa individualização do lazer, é preciso que, cada vez mais, o poder público crie políticas de lazer capazes de dar mais ênfase aos espaços e equipamentos” (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2006, p.61). O alcance desse ideal só será possível, mediante o debate mais constante sobre às questões que envolvem o direito à cidade e a participação onipresente da população no processo de modificação e atendimento das necessidades dos municípios.

3 PROJETOS E INTERVENÇÕES URBANAS: COMPREENDENDO OS PROCESSOS DE MODIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

3.1 A importância da imagem do lugar para o projeto urbano

De início, faz-se relevante o entendimento da cidade desde sua idealização até a sua concepção. Sob esse viés, a vida urbana é dotada de sentidos e inferências que conferem aos espaços significações diversas. As atribuições e funcionalidades do lugar implicam, de imediato, no conhecimento sobre seus potenciais, suas particularidades. Por que determinados lugares se desenvolvem mais que outros? O que explica alguns ambientes estarem vocacionados ao comércio, enquanto outros estão subordinados a habitação? Quais fatores impõem a segregação e a divisão de classes para certo bairro? Todos estes questionamentos estão impreterivelmente ligados a imagem da cidade, desde sua constituição até à sua formalização. Para essa abordagem, Lynch (1960, P.16):

As imagens do meio ambiente são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios, organiza e dota de sentido aquilo que vê.

As intensas transformações que norteiam o urbano estão alicerçadas em interesses e agentes que reproduzem e coproduzem o espaço em suas diversas dimensões. Tudo o que está à nossa volta é julgado e compreendido diante da consulta imediata aos saberes, vivências e interpretações concebidas na conjuntura do conhecimento adquirido ao longo da construção pessoal. O ambiente vivido não foge à regra, sendo submetido à interpretação socioespacial sob diversos olhares inseridos em diferentes contextos de maneira inevitável.

“O espaço no qual nos movemos cotidianamente parece tão estável e sólido que nos faz esquecer que a forma como vemos o mundo é sempre afetada por aquilo que acreditamos ou sabemos ” (EWALD, 2008, p. 755).

O conhecimento da imagem de uma cidade; sob à ótica pessoal e externa, é indispensável para a mensuração de seus problemas, atribuições e ainda potencialidades, constituindo assim, uma ferramenta para a melhoria social e urbanística. É neste sentido, que se enxerga a importância da análise minuciosa da idealização do espaço, com seus atores e “avaliadores” nas diferentes escalas.

A imagem do espaço envolve a compreensão da significação do lugar e a sua percepção é responsável pela geração dessas funções que parecem intimidar o ambiente a uma forma predominante de interação com o ser. Nogueira (2009, p.76) ratifica o exposto, colocando que o sujeito tem o papel de “[...] ocupar um lugar social que o desqualifica, porque esse lugar ocupado por esse sujeito tem a função de permitir que outro sujeito ocupe um outro lugar (valorizado). ” Consequentemente, a segregação socioespacial torna-se produto das funcionalidades do meio, impondo e desdizendo a ocupação dos ambientes da cidades. A imagem do espaço, basicamente, origina-se da sua percepção e sensibilidades do viver, do acreditar. Inevitavelmente, o homem julga aquilo que o abriga consultando para isso seus preceitos, conhecimentos e experiências, de modo a criar um conceito dessa análise. Este diagnóstico, não fica resguardado, sendo transmitido ao outro com a interferência imediata do seu pensar, seja de maneira confirmativa ou contrária.

As formas de observação e concepção do espaço, são decisivos para que o homem tome partido da adaptação de seus ambientes de vivência no atendimento das necessidades, ou, em outras palavras, nas interferências e modificação da cidade. É, portanto, perante esse desejo de atribuir um novo valor ao espaço construído que nascem as intervenções urbanísticas.

3.2 Intervenções urbanas sob análises: conceituando os processos de modificação dos espaços

Uma discussão plausível sobre a modificação dos espaços livres e edificados impõe, de antemão, a busca pelo entendimento de uma série de conceitos que desmistificam e propiciam a existência desses processos. O desenvolvimento do urbanismo, a busca pela estética das cidades, os fenômenos de gentrificação¹ e segregação², o acesso à habitação e tantas outras questões, perfazem um percurso que caracteriza as modificações no espaço, e por conseguinte as qualificações. Convém assim, partir de uma trajetória histórica, mitigada pelo conhecimento da cidade no tocante à sua significação e ao surgimento da qualificação no

¹ O termo “gentrificação”, originalmente conhecida pelo palavra em inglês *gentrification*, corresponde a um processo de eletização de determinados espaços perante modificações urbanas que acabam atraindo pessoas com perfis socioeconômicos mais favorecidos à habitarem ambientes onde antes dominava outras classes de menor estatuto financeiro/social. (NOBRE,2003)

² A segregação será nesse trabalho entendida como um processo pelo qual ocorrem a separação, diferenciação ou categorização de pessoas, de acordo com suas características socioeconômicas, definindo assim, mesmo que imperceptivelmente distinções e destinações de lugares ou grupos à determinadas classes com características semelhantes.

contexto mundial, com breve apontamento para os agentes facilitadores desse processo e suas consequências no contexto social e urbanístico.

Originalmente, os processos de intervenção urbana estavam associados a grandes centros, e tinham como principal objetivo a recuperação de espaços de interesse das elites. Ultramari e Rezende (2007), relatam este princípio da “preocupação urbana”, que surge nos Estados Unidos, através de movimentos voltados sobretudo à melhoria estética de ambientes degradados:

O City Beautiful, movimento iniciado na última década do século XIX, nos Estados Unidos, em resposta à rápida urbanização, o qual valoriza a virtude cívica e propõe a renovação de determinada “moral urbana”, tinha como principais defensores membros das classes mais ricas que se propunham, pela reforma urbana, a “corrigir” os desvios sociais de seu país (ULTRAMARI; REZENDE, p. 9, 2007).

Esta época é marcada por outras intervenções, em países com alto desenvolvimento urbano, sobretudo para o atendimento rápido às mudanças de metropolização que se observava. Ultramari e Rezende (2007) citam Paris como “exemplo angular desse período”, sobretudo pelas grandes obras desenvolvidas entre os anos de 1848 e 1871 servindo de modelo para o desenvolvimento de projetos dessa natureza até os dias presentes.

Com o crescimento consideravelmente descentralizado nas últimas três décadas desse século, as necessidades por melhorias urbanas se expandem, e acabam sendo solicitadas de forma mais constante, tornando comum interferências nos espaços já consolidados.

São exemplos diversos de recuperação de áreas centrais, valorização de áreas costeiras e ribeirinhas, resgate de patrimônios arquitetônicos e urbanísticos, disponibilização de novas estruturas de lazer e turismo, entre outros (ULTRAMARI; REZENDE, P. 11, 2007).

Como consequência, as intervenções urbanas sob suas diversas formas passam a integrar a agenda dos municípios, tanto nas regiões metropolitanas quanto nas pequenas cidades, em vistas à busca pelo crescimento e democratização urbanística.

No cenário em questão, é de destaque a implantação do urbanismo voltado a reestruturação das cidades, em períodos distintos, e consequentemente com diferentes abordagens. Modos seletivos de interferências nos espaços, paralelamente aos meios utilizados para a realização desses projetos, apontam para uma gama de designações nesse campo. Nesta perspectiva, cabe aqui um breve relato a respeito destas conceituações sob uma

ótica genérica, haja vista a falta de um consenso sobre as tipologias e significados dos métodos de modificação urbana.

De maneira geral, compreendem projetos arquitetônicos, urbanísticos e estruturais implantados nas cidades ora na recuperação, ora na remodelação de espaços que necessitam de melhorias para atender demandas socioeconômicas e políticas. De fato, interesses particulares voltados sobretudo à especulação imobiliária e ao comércio, têm superado a capacidade indiscutível de atendimento às necessidades urbanísticas da população, principalmente das classes menos favorecidas. Sobre o fenômeno em tela, Souza (2012) discorre:

A intervenção urbana ocorre de modo espontâneo, sem regras, de maneira aleatória e inesperada na paisagem urbana. Assim, passa a fazer parte do tecido da cidade e a transforma de forma contínua. Logo, é parte do cenário urbano e se interliga com as ruas, os prédios, as moradias, as praças, os muros e os monumentos. Integra o cotidiano da cidade, ao mesmo tempo em que conta a história de seus habitantes, por meio do poder simbólico da representação individual ou coletiva (SOUZA, 2012, P. 18).

É salutar ainda, relatar a existência de subprocessos que caracterizam as intervenções urbanas. Vários são os escritos que mencionam diferentes nomenclaturas para os projetos que vem ocorrendo. Cabe aqui, uma discussão sobre os termos mais frequentes: Qualificação, requalificação, revitalização e sobrequalificações dos espaços. Cada uma dessas formas de remodelar o ambiente construído tem diferenças particulares, denotadas perante suas formas de execução, vertentes do projeto, bem como as consequências de sua realização.

Os projetos de renovação urbana, por exemplo, têm como principal característica a sua grande proporção e a reformulação das funções do lugar que passa a ter um novo caráter de uso, de significação. Seus objetivos se baseiam em interesses econômicos norteado pelo comércio, serviços e setor imobiliário. Para tanto, acabam modificando o espaço de intervenção sem atentar para a preservação das características locais como bem coloca Nobre (2003) em sua descrição:

Megaprojetos de renovação urbana procuram atrair novas atividades econômicas através da construção de centros cívicos, de negócios, comerciais e de turismo, com suas modernas torres de escritórios shopping centers sofisticados, hotéis centros de convenções, marinas, restaurantes, complexos poliesportivos e parques temáticos em várias cidades do mundo (NOBRE, 2003, P.2).

Na reabilitação, por sua vez, ocorre um processo inverso, em que a principal vertente é a preservação e conservação por inteiro do patrimônio edificado e dos fatores sociais a esse

condicionado. Quando posta em prática, essa intervenção não busca dar um novo sentido ao todo, e sim capturar novamente as significações do lugar antes existentes.

Portanto, tais ações consideradas de reabilitação constituem um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende salvaguardar, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica (PASQUOTTO, 2010, P.147).

Analogamente, as intervenções urbanas do tipo revitalização têm ganhando destaque por conta de notórios benefícios à população, conjuntamente com menores impactos socioespaciais. Isso nos remete à preocupação veemente com a preservação das características consolidadas da área objeto de revitalização com vistas a procura da melhoria de vida da população residente. Sobre essa assertiva, Botelho discorre:

As propostas de revitalização têm ocupado um importante lugar para a compreensão da dinâmica urbana contemporânea dada a frequência e a abrangência que elas têm conhecido. Nas últimas décadas, estes processos têm se caracterizado por incorporarem a “cultura” como conteúdo diferenciador das várias experiências de revitalização. Neste sentido, o patrimônio histórico, as tradições locais, a cultura popular e outros elementos têm se transformado em mercadoria altamente valorizada no mundo contemporâneo (BOTELHO, 2005, P. 54).

Outras características notórias da revitalização correspondem ao seu poder de atribuir novos significados ao lugar além dos agentes comumente responsáveis pela implantação desse tipo de projeto. Na revitalização é observada uma mudança nos usos, sendo raro interferências nas habitações já existentes e tendo como condutor principal o poder público (BOTELHO, 2005).

A requalificação, por sua vez, possui características análogas a revitalização quanto a preservação do patrimônio edificado, tendo em vista que ambos os processos trabalham com ambientes já existentes, sendo que no primeiro caso deseja-se preservar integralmente a essência da obra, enquanto na segunda buscam-se melhorias que nem sempre estão de acordo com o projeto inicial:

Espaços morfologicamente estruturados da cidade, mas cuja imagem, por motivos diversos, se desejam alterar recebem projetos de requalificação ou reabilitação. Há casos nos quais se busca incrementar a imagem dos logradouros, por meio de um projeto de modernização, e casos, como os dos centros históricos, nos quais se busca recuperar uma imagem de grande significado, freando o processo de degradação e evasão de investimentos (SAKATA, 2011, P.55).

Um exemplo do processo de requalificação urbana é esquematizado nas figuras 1 e 2, que mostram, respectivamente, uma praça no município de Pau dos Ferros – RN, antes e

depois do processo de intervenção. É interessante ressaltar, sobre as imagens, a mudança nítida nas características estruturais do novo espaço; que preservou poucos detalhes do que havia antes, além da consequente reconfiguração dos usos do lugar que ganha um caráter mais lúdico e de descanso através de nova arborização, playground e quiosques.

Figura 1: Praça Monsenhor Caminha em Pau dos Ferros - RN, antes da requalificação



Fonte: Blog do Capote, (2008)³

Figura 2: Praça Monsenhor Caminha, após processo de requalificação



Fonte: Blog do capote, (2016)⁴

É essencial destacar ainda, a qualificação urbana, processo no qual ocorrem a melhoria dos espaços onde antes não se faziam usos. Por esta razão, os impactos motivados por esta interferência são predominantemente positivos dado seu objetivo de melhorar lugares, antes

³ Disponível em <http://blogdocapote.blogspot.com.br/2009_03_08_archive.html> Acesso em março de 2016

⁴ Disponível em <<http://www.blogdocapote.com/site/p.php?id=2288>> Acesso em março de 2016

esquecidos ou subutilizados. Um exemplo desse processo pode ser visto nas figuras 3 e 4, que registram a qualificação da área central do município de Encanto – RN, no qual foi construindo uma praça de eventos em um terreno que antes não era utilizado.

Figura 3: Terreno subutilizado onde foi construída a praça de eventos do município de Encanto-RN



Fonte: Ronivon, (2011)⁵

Figura 4: Projeto de qualificação urbana de terreno subutilizado no município de Encanto – RN



Fonte: Água Nova News, (2011)⁶

⁵ Disponível em: <<http://ronieventos.blogspot.com.br/2011/10/imagem-do-terreno-onde-vai-ser.html#links>> Acesso em março de 2016

⁶ Disponível em:< <http://www.aguanovanews.com/2011/10/projeto-da-praca-de-eventos-do.html>> Acesso em março de 2016

Sakata (2011, p.55) sintetiza bem como funciona o processo de qualificação urbana, exemplificando as principais formas para sua concepção:

Projetos feitos para estruturar os espaços livres de uma área que nunca havia sido tratada antes, caracterizando-a esteticamente e funcionalmente, são projetos de *qualificação* urbana. É o caso, por exemplo, de calçadas e área de lazer em condomínios de médio e alto padrão. As incorporadoras entendem que essas melhorias valorizam a vizinhança, diluem-se no valor dos imóveis e aumentam sua liquidez (SAKATA, 2011, P.55).

Apesar de trabalhar com áreas livres, ocorre também na qualificação, em alguns casos, a incorporação das características locais antes existentes e a promoção do acesso aos espaços públicos instituídos:

São também necessárias obras de infraestrutura, cuidados com passagens de pedestres, escadarias e pontes sobre córregos, além do esforço para tornar algumas vias passíveis de serem acessadas por veículos. Este é um trabalho de qualificação paisagística urbana que incorpora preocupações de tratamento da paisagem à melhoria das condições sociais (SAKATA, 2011, P.55).

Por conta das características mencionadas para cada processo de intervenção apresentado, é justificável a escolha da qualificação urbana para uma proposta de melhoria de áreas degradadas ou vítimas do descaso público/privado com o viés do presente trabalho.

4 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PERMANÊNCIA E PASSAGEM PARA AS CIDADES PEQUENAS

4.1. Dos conceitos a relevância dos espaços públicos

O Entendimento dos espaços públicos, envolve a correlação dos sujeitos (habitantes, visitantes e frequentantes desses lugares), e suas atribuições. As interferências, os modos de relacionamento com o lugar e sua forma de concepção podem enquadrar o espaço como público ou não. “Praças, parques e jardins são, nas primeiras décadas do século, uma das principais opções de áreas de lazer para a população urbana, pois a cidade cresceu e se consolidou, consumindo os espaços livres de edificação, usados anteriormente de um modo informal” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 95 e 96). É de relevância, neste contexto, uma breve discussão sobre as conceituações diversas para um norteamto do que se classifica como espaço público. Conforme coloca Narciso (2009, p. 266):

Reflectir sobre o conceito de espaço público obriga a pensar o espaço como um recurso, um produto e como uma prática (sensual, social, política e simbólica). Importa igualmente reflectir sobre a apropriação e utilização do espaço (tanto a nível material como simbólico), a transformação de espaços existentes e a produção de espacialidades inéditas, em correspondência com distintos projectos culturais emergentes.

De maneira concisa, porém abrangente, o espaço público é sintetizado da seguinte forma:

[...] é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e da permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial. O espaço público é uma estrutura e estratégia de forma caracterizada pelos seus elementos constituintes (que o individualizam), social e econômica (NARCISO, p. 271, 2009).

É de relevância ainda, uma diferenciação entre os termos “público” e “privado”, como forma de aferir qual a melhor denominação de cada localidade. Para Matos (2010, p.20),

[...] um espaço público é por natureza mais aberto e a primeira função que o distingue do espaço privado é a facilidade de acesso. O espaço público é de todos e de ninguém em particular, em princípio, todos o podem usar com os mesmos direitos

Entende-se por público os lugares de dominialidade e beneficiamento coletivo, sem qualquer restrição de classe, gênero ou raça, ao contrário do que se ver, por exemplo, em espaços privados, geralmente restritos por interesses do capital. Praças, parques, calçadas,

quadras poliesportivas, ciclovias, academias ao ar livre, são exemplos notórios desses lugares que tornaram-se demandas inerentes à urbanização das cidades.

Um novo cenário, caracterizado pela busca de interferências na infraestrutura das cidades, tanto pela população quanto pelos interesses da elite, impulsiona uma divisão de olhares do poder público quanto aos seus investimentos nos “espaços de uso comum”. De um lado, grandes projetos para atração do capital externo na efetivação de grandes empreendimentos comerciais como shoppings, condomínios residenciais de alto padrão e espaços de cultura e lazer nas áreas centrais; de outro, regiões periféricas eximidas, em sua maioria, de equipamentos de lazer, esportes e convívio.

A procura pelos espaços públicos inserida no atual contexto da vida citadina revela realidades distintas conforme as características dos meios urbanos no qual se inserem. Nos grandes centros, por exemplo, ocorrem novos usos e procuras dos ambientes em discussão. De fato, nas capitais e metrópoles o que tem sido visto é uma troca paulatina dos espaços públicos pelos privados motivado pela procura por comodidade, segurança e sofisticação. Nesses casos, cada vez mais as praças e parques públicos tem sido trocados por condomínios e clubes fechados em detrimento de questões como a insegurança e dificuldade de acesso desses espaços.

A metrópole cortada por vias de trânsito rápido, baseada na circulação sobre pontes e viadutos cada vez mais modernos, representa o vazio no cheio, caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e, como consequência, pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida (CARLOS, p.13, 2007).

Os usos e as demandas dos espaços apresentam diferentes motivações, de ordem populacional e da própria vida em sociedade.

As novas e crescentes necessidades da população urbana, associadas a mutações de ordem demográfica e a novas exigências geracionais, repercutem-se, na utilização e em novas procuras dos espaços públicos (MATOS, 2010, P. 20).

É interessante notar, aqui, a incorporação das funções e significações imprevisíveis e inéditas aos espaços de uso comum. As praças, por exemplo, passam a integrar além da contemplação, atividades esportivas, de lazer e cultura.

Por outro lado, os espaços públicos nas pequenas cidades são cada vez mais solicitados e visitados, dado sua existência como opção única para a busca pelo entretenimento, descanso e convivência. A importância dos lugares livres e gratuitos de uso

comum é reconhecida de maneira ampla, e defendida por vários autores (Daroda 2012). A promoção de lugares livres e gratuitos é, antes de tudo, uma exigência e necessidade dos habitantes da Urbe, sendo assim uma importante ferramenta na democratização dos direitos sociais ao lazer, ao bem estar, ao convívio entre os sujeitos:

São os espaços livres da cidade que permitem a interação entre as pessoas, o ambiente natural e o ambiente construído, atuando como lugares de encontro e um meio de comunicação social que reflete a diversidade socioespacial da cidade. Os espaços públicos oferecem ao cidadão a possibilidade de usufruir sua cidade através das práticas sociais, lazer, manifestações da vida urbana e consequentemente uma melhor habitabilidade do ambiente urbano” (DARODA, 2012, p.18).

É perante à sua importância para a consolidação do acesso ao urbano de maneira plena e igualitária, bem como no entendimento do seu papel, enquanto ferramenta a o bem estar social e da vivência em sociedade que se entende o quão é necessário mitigar, exigir e entender os espaços públicos enquanto lugar de obras. O ambiente edificado revela sem dúvidas uma significação, uma predição que torna o lugar agradável e consistente para o cumprimento das funções sociais que assume.

As melhorias de infraestrutura (as grandes obras viárias, as redes de água e esgoto, luz e telefonia) estão mais presentes e são melhores nos bairros mais ricos. Famílias de maior poder aquisitivo mudam-se, quando o fazem, para áreas já providas de infraestrutura (SAKATA, 2011, p.45).

Via de regra, nas pequenas cidades, tem ocorrido com frequência a construção de espaços públicos em detrimento do beneficiamento político através da criação de associações entre gestões e obras. Sakata (2011, p.38) discorre sobre esta realidade, principalmente dos pequenos municípios:

Espaços tratados paisagisticamente são também oportunidades para determina gestão deixar suas marcas. Eleger uma novidade em termos formais, diferente do que até então foi feito, de desenhos de piso a palmeiras, de cristos- redentores a obeliscos, de muretas coloridas a ciclovias, tem sido explorado pelas gestões administrativas para gravar a sua imagem no espaço da cidade. Poucas são as gestões que fogem a esta tentação.

Com efeito, a limitação da construção de espaços públicos principalmente no tocante a sua destinação, tem sido bastante limitada e ao mesmo tempo orientada à espaços que fazem as gestões municipais adquirirem maior visibilidade. Em meio ao jogo político que se desenha nas cidades, prevalece a importância impar dos espaços públicos na promoção da qualidade de vida à população, principalmente para aqueles que detém menos acessos aos equipamentos particulares de entretenimento.

4.2 Espaços Públicos edificadas: Dos Parques às Praças, dos passeios à cidade

Esta seção trata sobre os principais termos e definições referentes aos espaços públicos existentes nas cidades, com um breve aporte para seus conceitos e importância para a população. Além disso, procura-se contextualizar a função dessas obras nas diferentes localidades, no tocante à sua capacidade de atendimento às necessidades do lugar onde foram edificadas.

4.2.1 Praças

As praças apresentam diferentes definições conforme os autores e contextos em que se situam. Isso implica dizer, que uma praça em um grande centro é entendida com determinadas atribuições e características distintas de uma pequena cidade.

Mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceitua-la como um espaço público e urbano. A praça sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos (ROBBA; MACEDO, 2002, p.15).

É imprescindível a presença humana nestes espaços, sem a qual, sua função social é perdida. A gênese da praça brasileira, está intrinsecamente ligada à Igreja Católica, quando se destinavam espaços de reunião envolta dos templos para o convívio e cultos religiosos:

Em volta da capela, embrião das nossas cidades, foram construídas paulatinamente o casario e as edificações que compunham uma freguesia, arraial ou vila. Tal estrutura de formação das cidades coloniais foi também a força geradora dos primeiros espaços livres públicos brasileiros: Os adros das igrejas. O espaço deixado em frente aos templos é justamente o espaço de formação da praça (ROBBA; MACEDO, 2002, p.19).

Viero e Filho (2009) definem a praça genericamente como qualquer espaço público sem edificações, e que visa promover a convivência e/ou recreação para os seus usuários. Robba e Macedo (2002), por sua vez, aperfeiçoam esse conceito para a realidade brasileira, atribuindo esta designação a qualquer lugar verde público que seja arborizado ou simplesmente gramado. Na atualidade, ganham uma dimensão bem maior, deixando a função restrita da contemplação das áreas verdes, e incorporando atividades como o lazer, esportes e comércio. O quadro 1, apresenta, sinteticamente as funções sociais das praças, conforme os períodos e estilos de cada época.

Quadro 1: Função Social das Praças

PERÍODO	COLONIAL	ECLÉTICO	MODERNO	CONTEMPORÂNEO
FUNÇÃO SOCIAL DAS PRAÇAS	Convívio social	Contemplação	Contemplação	Contemplação
	Uso religioso	Passeio	Recreação	Recreação
	Uso militar	Convívio social	Lazer esportivo	Lazer cultural
	Comércio e feiras	Cenário	Lazer cultural	Convívio social
	Circulação		Convívio social	Comércio
	Recreação		Cenário	Serviços
				Circulação
				Cenário

Fonte: Adaptado de Robba e Macedo (2002)

Nas figuras 5 e 6, é possível notar estas novas atribuições da praça moderna, com a incorporação de áreas de eventos e esportivas.

Figura 5: Projeto de praça infantil multiuso, com Pista de cooper e ciclovia

Fonte: Parque da Cidade (Sem ano) ⁷

⁷ Disponível em: <<http://parquedacidade.com.br/category/o-projeto/>> Acesso em março de 2016.

Figura 6: Projeto de praça em Santo Antônio no Canã, com incorporação de equipamentos para ginástica, esportivos e Playground



Fonte: Reprodução/PMST (2013)⁸

É comum, no que se refere à designação dos equipamentos urbanos das cidades, alguns equívocos com relação ao uso do termo “praça”. Os espaços secos, por exemplo, em que não existem vegetação, são reconhecidos no Brasil como largos, pátios ou terreiros (Figura 7).

Figura 7: Largo do pelourinho em Salvador - BH



Fonte: Portal “A Bahia é Nossa”(2015)⁹

Figura 8: Largo do Pelourinho em Salvador – BH



Fonte: Portal “A Tarde” (2016)¹⁰

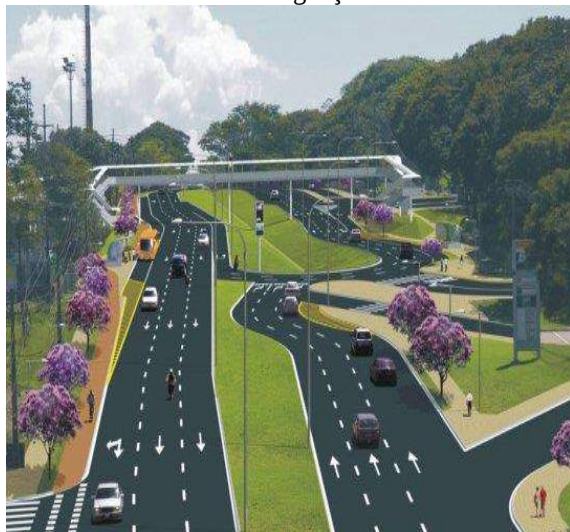
⁸Disponível em: <<http://www.montanhascapixabas.com.br/?x=materia&codItem=5832&codArea=7>> Acesso em março de 2016.

⁹ Disponível em: <<http://a-bahia-e-nossa9.webnode.com/>> Acesso em março de 2016.

¹⁰Disponível em:<<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1669645-salvador-em-bairros-pelourinho-e-patrimonio-da-humanidade-premium>> Acesso em março de 2016.

Os jardins urbanos, por sua vez, são espaços que permitem a melhoria da qualidade ambiental, circulação de ar, e drenagem. Por conta da inviabilidade de acesso, além da não existência de atividades e lazer, como mostra a figura 8, não são reconhecidos como praças (ROBBA; MACEDO, 2002).

Figura 9: Projeto de revitalização da Avenida Tancredo Neves em Foz do Iguaçu



Fonte: Portal Click FOZ (Sem ano) ¹¹

Figura 10: Jardins suspensos na Via Mangue em Recife – PE



Fonte: Diário de Pernambuco (2011) ¹²

As praças apresentam grande importância na promoção do bem-estar urbano. Para Viero e Filho (2009), seus benefícios incorporam a importância da vegetação no conforto ambiental, além de aspectos subjetivos como a influência psicológica na população propiciada pelo convívio social do local.

4.2.2 Parques

Os parques são equipamentos urbanos, bastantes utilizados na atualidade, em razão da necessidade cada vez maior de preservação das áreas verdes. Assim como para as praças, não existe um conceito bem definido entre os autores para a sua classificação. Macedo e Sakata (2002) designam esses lugares como ambientes destinados à recreação de massa, sendo capaz de incorporar a vegetação existente, além de inibirem a existência das estruturas construídas em seu entorno. Segundo as descrições desses autores os parques podem ser dos seguintes tipos:

¹¹ Disponível em: <<http://www.clickfozdoiguacu.com.br/pagina/avenida-tancredo-neves-em-foz-do-iguacu-sera-revitalizada-pela-itaipu-binacional-6546>> Acesso em março de 2016

¹² Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/mobilidadeurbana/2011/10/vlt-porque-descartar/vlt-2/>> Acesso em março de 2016

Parque ecológico: Têm como objetivo a preservação dos recursos ambientais, através da valorização de banhados e bosques, com ou sem equipamentos urbanísticos de lazer e esporte. Na figura 11 temos o exemplo o parque ecológico do Ibirapuera, uma das maiores referências do mundo.

Figura 11: Parque Ibirapuera



Fonte: Brazilian Wave (2014)¹³

Parques temáticos: tem como referências os antigos parques de diversões e as feiras de exposição. Surgiu em 1955 com a inauguração da Disneylândia, em Anaheim na Califórnia (MACEDO; SAKATA, 2002).

Figura 12: Parque temático, *beach park*, localizado no litoral do Ceará



Fonte: João Melo/Divulgação (2016)¹⁴

¹³ Disponível em: <<http://brazilianwave.com.br/index.php/parque-ibirapuera-completa-59-anos-no-dia-21/>> Acesso em março de 2016.

Outros modelos de parques foram incorporados as cidades brasileiras, geralmente com objetivos comerciais. Conforme exemplifica Macedo e Sakata (2002) os parques privados tem ganhado força no país, como é o caso dos pesqueiros (Figura 13), que são espaços pagos onde pode se encontrar *playgrounds*, áreas de esporte e descanso.

Figura 13: Parque Maeda (parque pesqueiro)



Fonte: Rota da pesca (Sem ano) ¹⁵

É notável a abrangência das funções dos parques no Brasil, paralelamente à falta de uma definição precisa sobre estes ambientes. “Muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte, 10 mil m² ou um pouco mais, são denominados parques apenas por que são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação” (MACEDO; SAKATA, p.14, 2002).

4.2.3 Passeios públicos

Os passeios públicos integram a nova exigência de urbanização e, paradoxalmente, uma necessidade a locomoção desde o processo de consolidação das cidades. A contemporaneidade, conjuntamente com o estilo moderno de trabalho desses espaços, fez com que estas obras incorporassem elementos como a arborização, pontos comerciais e vegetação, além da função de locomoção já existente. Como reflexo, investimentos da esfera pública e privada influenciam na expansão e construção de calçadões com grandes faixas de circulação e principalmente de comércio. A Figura 15 mostra o exemplo do calçadão da praia de Iracema em Fortaleza – CE, obra na qual é possível observar os novos elementos do passeio público contemporâneo, com quiosques, caixas eletrônicos e áreas de contemplação.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.guiadasemana.com.br/turismo/noticia/roteiro-o-que-fazer-em-um-dia-no-beach-park>> Acesso em março de 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.rotadapesca.com.br/item/parque-maeda/>> Acesso em: março de 2016

Figura 14: Calçadão da Praia de Iracema



Fonte: Camille Panzera (2013)¹⁶

As novas funções dos passeios são notórias à oferta do lazer e a locomoção nos centros urbano. Por outro lado, as novas formas de passeio, têm propiciado à especulação comercial e segregação nestes espaços, inviabilizando o direito social de acesso a um espaço dito como público. Sobre esta questão, Brito et. Al., (2015 p.3), escreve:

Assim, nesse contexto da espacialização de conflitos sociais, estão os passeios públicos, usualmente chamados de calçadas, que, sendo um espaço de transição público-privado, explicitam os interesses socioespaciais desiguais, mas também sendo imprescindíveis para a vitalidade urbana, acessibilidade e mobilidade.

Sob este ponto de vista, não bastam a construção de passeios públicos em pontos estratégicos de forte apelo turístico; é essencial a expansão desses espaços ao longo de toda a malha urbana, e visando o acesso e atendimento de toda a população.

¹⁶ Disponível em: < <http://guia.melhoresdestinos.com.br/av-beira-mar-142-3068-l.html> > Acesso em Março de 2016.

5 DIRETRIZES PARA QUALIFICAÇÃO E PROJETOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS

5.1 PAISAGISMO, ESTILOS E TIPOLOGIAS PARA O PROJETO URBANO

Compreende o trabalho desenvolvido em geral, por um paisagista ou arquiteto paisagista, que visa a criação de projetos de áreas verdes em áreas não edificadas, visando a criação de espaços de recreação, circulação e preservação ambiental. Os projetos paisagísticos envolvem inúmeras vertentes desde sua idealização, concepção e prática. Sobre a dinâmica desses projetos e sua função, Sakata (2011, p.57) discorre:

Os projetos paisagísticos estão tradicionalmente incorporados a alguns tipos de intervenções do estado, ora como o centro desta intervenção (caso das áreas de lazer ou da organização do espaço urbano), ora como complemento a alguma outra obra (caso das obras do sistema viário). Além do embelezamento e da criação de imagens, os projetos solucionam questões funcionais, de circulação, de usos e mesmo de infraestrutura.

O paisagismo está atrelado aos demais projetos de um determinado ambiente, devendo, pois, incorporar os elementos urbanos comumente utilizados em sua idealização. Para tanto, está presente em todas as fases da criação de um espaço, e não só na etapa de jardinagem como comumente se imagina. De acordo com o Manual de Paisagismo da CDHU (2008, p.4) “a vegetação, a terra, a morfologia do terreno, a água, os equipamentos de lazer, o mobiliário urbano, a circulação, os passeios e a iluminação são elementos que devem ser considerados na elaboração do Projeto de Paisagismo”.

É imprescindível o atendimento de algumas diretrizes na elaboração dos projetos paisagísticos, em vistas, ao atendimento da segurança, padronização e estética dos ambientes planejados. Com base no curso municipal de paisagismo da Prefeitura Municipal de São Paulo (2012), destacam-se as seguintes indicações:

- Rodovias;
 - A adoção de canteiros centrais para a divisão das pistas, evitam o ofuscamento no tráfego em sentido contrário no período noturno;
 - A homogeneidade da vegetação pode causar tédio e influenciar no aumento da velocidade;
 - A diversidade por sua vez, pode gerar distração e possíveis acidentes,
 - As árvores devem ter distância mínima de 7 metros da pista.
- Sobre a escolha das espécies da vegetação, devem ser conhecidos:
 - Modo de crescimento

- Porte adulto
- Forma da copa
- Tipo e época de floração
- Tipo de folhagem (perene ou caduca)
- Necessidades fisiológicas (água, luminosidade, temperatura, solo)

5.2 Normas, decretos e leis

5.2.1 Calçadas

As calçadas são itens indispensáveis à acessibilidade e locomoção. De acordo com o Decreto nº 5.296/04, esse equipamento urbano pode ser definido como a “parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”. O passeio, no caso torna-se “parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas”. A Cartilha de informações técnicas do CREA – RN, apresenta recomendações as dimensões adequadas desse equipamento urbano (Ver figura 5):

- Calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura de 1,20 m.
- Faixa de serviço > 0,75 m
- Faixa livre > 1,20 m

A calçada em bom estado é aquela que permite a segurança e conforto de seus usuários, e consequentemente um caminhar sem obstáculos. Para a sua promoção, é essencial que apresente uma superfície regular, firme, continua e antiderrapante sob qualquer condição. A sua manutenção deve ser realizada constantemente na prevenção da ocorrência de fissuras e no desgaste que venha a comprometer o seu uso.

Figura 15: Larguras adequadas para faixas de uso das calçadas



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2012)¹⁷

5.2.2 Preservação ambiental

A preservação do meio ambiente, tornou-se em meio a atual crise dos recursos naturais, um requisito indispensável à elaboração de qualquer projeto. Como coloca Robba e Macedo (2002, p.39):

A necessidade de preservação dos patrimônios ambientais remanescentes e os graves problemas das áreas metropolitanas – Como enchentes, deslizamentos de encostas, poluição atmosférica elevada e contaminação dos mananciais de água –, que começaram a se manifestar em decorrência do processo de urbanização sem planejamento, também fomentaram, na década de 1980, o surgimento de uma consciência ecológica.

Diversas leis, decretos e normas orientam o uso adequado do solo urbano, visando a preservação natural, de forma que, a depender da localização e do tipo de obra que se pretenda executar, ocorrerá a incidência de diferentes especificações. Todavia, no âmbito federal, a lei de parcelamento do urbano 6766/79, torna-se quesito mínimo a realização a qualquer interferência no Brasil. Em seu artigo 4º, a referida lei, determina os seguintes requisitos para a instalação de equipamentos urbanos: “III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da

¹⁷ Disponível em: <<http://vilamundo.org.br/2012/02/lei-das-calcadas-esburacadas-tire-suas-duvidas-sobre-o-novo-padrao/>> Acesso em março de 2016.

legislação específica” (BRASIL, 1979). O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), por sua vez, em sua resolução nº 004 de 18 de setembro de 1985 complementa em seu artigo 3º:

- São reservas Ecológicas:
- b) as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
 - I – ao longo dos rios ou de qualquer outro corpo d’água, em faixa marginal além do leito maior sazonal, medida horizontalmente, cuja largura mínima será:
 - de 5 (cinco) metros para rios com menos de 10 (dez) metros de largura;
 - igual à metade da largura dos corpos d’água que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros;
 - de 100 (cem) metros para todos os cursos d’água cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros;
 - II – ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima será:
 - de 30 (trinta) metros para os que estejam situados em áreas urbanas;
 - de 100 (cem) metros para os que estejam situados em áreas rurais, exceto os corpos d’água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
 - de 100 (cem) metros para as represas hidroelétricas;
 - III nas nascentes permanentes ou temporárias, incluindo os olhos d’água e veredas, seja qual for a sua situação topográfica, com uma faixa mínima de 50 (cinquenta) metros e a partir de sua margem, de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia de drenagem contribuinte.

5.2.3 Acessibilidade

A acessibilidade, no tocante ao direito social de usufruir da vida urbana, tornou-se item obrigatório ao desenvolvimento dos projetos urbanísticos e arquitetônicos. A NBR 9050 (ABNT, 2004) define a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. É a capacidade de possibilitar o acesso das pessoas com mobilidade reduzida, ao ambiente edificado, independente da limitação física ou sensorial. Nesta perspectiva, o atendimento de gestantes, cadeirantes, idosos, obesos ou qualquer outra característica, limitante devem estar assistidos no acesso aos bens públicos assim como o resto da população.

A mobilidade refere-se à capacidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano para a realização de atividades cotidianas, num tempo considerado ideal de modo confortável e seguro (SARMENTO; COSTA, 2014, p. 35).

Em termos de normas e leis, a discussão sobre a acessibilidade, ganhou forte avanço na última década, permitindo uma maior exigência da população e órgão de interesse sobre o desenvolvimento de projetos incluídos. Por outro lado, apesar dessas conquistas, ainda são

inúmeras as dificuldades de acesso enfrentadas pelo pedestre (SARMENTO; COSTA, 2014). O código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, coloca de início em seu artigo 68 que:

É assegurada ao pedestre a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, podendo a autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins, desde que não seja prejudicial ao fluxo de pedestres (BRASIL, 2008, p.32)

Para tornar um espaço de uso comum acessível, deve-se tomar conhecimento de algumas informações para o norteamento sob as limitações e necessidades das pessoas com mobilidade reduzida. Abaixo são apresentados alguns padrões de referência nacional a serem adotados:

Larguras de Referência para circulação Horizontal: No quadro 2, por exemplo, são apresentadas as dimensões necessárias a locomoção segura de usuários de cadeiras de rodas em determinadas situações.

Quadro 2: Espaços necessários para circulação horizontal

DIMENSÃO	DISCRIMINAÇÃO
0,90 m	Uma pessoa em cadeira de rodas
1,20m a 1,50m	Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas
1,50m a 1,80m	Duas pessoas em cadeira de rodas

Fonte: Adaptado do Guia de acessibilidade do Ceará (2009)

Símbolo internacional de Acesso (SIA): Para a representação e informação adequada, são utilizados símbolos com cores padronizadas. De acordo com a NBR 9050 (2004), para indicação de acessibilidade nos espaços construído devem – se utilizar o símbolo internacional de acesso (figura 16). As figuras 17 e 18 mostram, respectivamente, a representação internacional para pessoa com deficiência auditiva e para pessoa com deficiência visual. Como é visto na figura, podem ser adotados os três padrões de cores.

Figura 16: Símbolo internacional de acesso



Fonte: NBR 9050 (2004)

Figura 17: Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva



Fonte: NBR 9050 (2004)

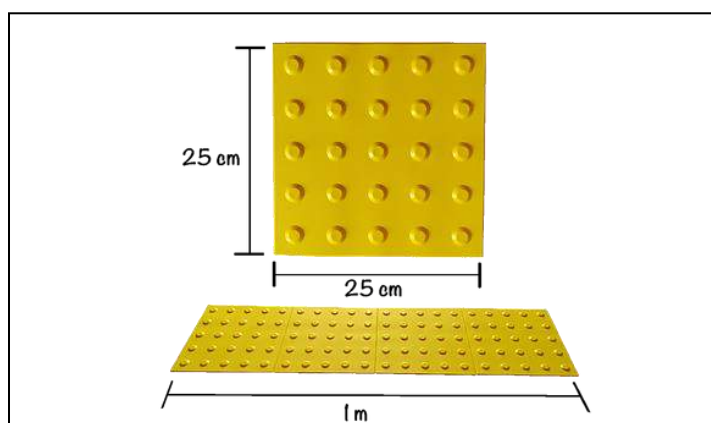
Figura 18: Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: NBR 9050, 2004

Sinalização Tátil no Piso: É um piso fabricado com diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, que tem como função alertar ou guiar as pessoas com deficiência visual (NBR 9050, 2004). É utilizado preferencialmente na cor amarela e com as dimensões mostradas na figura 19.

Figura 19: Dimensões características de piso tátil



Fonte: Casa do Braille¹⁸ (2013)

5.2.4 Vias e Ciclovias de Acesso

Para a determinação das larguras das vias, devem ser levadas em consideração as orientações do DNIT e determinações das leis municipais sob a forma de planos diretores. As tipologias de larguras mínimas das vias recomendadas para veículos automotores dependem: Do volume de tráfego que por elas circula; do sentido do fluxo (unidirecional ou bidirecional); das interferências que pode trazer o tráfego (cruzamentos, estacionamentos, garagens, etc); da velocidade de circulação (MASCARÓ, 2003, p.69). Sobre os equipamentos urbanos destinados a circulação, bem como seu dimensionamento Gondim (2010, p.30) discute:

A via é constituída por diferentes elementos, com funções distintas como: calçada, pista de rolamento, estacionamento, ilha, canteiro central e até ciclovia. A dimensão de cada elemento é formulada de acordo com o modal de transporte predominante. O pedestre é o parâmetro das calçadas. A bicicleta é a referência da ciclovia. E os veículos motorizados dão as dimensões das pistas.

¹⁸ Disponível em: < <http://www.casadobraille.com.br/>> Acesso em abril de 2016

As vias podem ser classificadas de acordo com seu tráfego de veículos, assim como pela função, que desejam exercer. Nesta perspectiva temos de acordo com Gondim (2010):

Vias locais: De uso essencialmente local, com espaços destinados à circulação de pedestres separados dos veículos cuja velocidade ideal é de até 30km/h.

Vias arteriais: Utilizadas em tráfegos mais pesados, composto por automóveis, ônibus e caminhões, com velocidade máxima de 60km.

Vias coletoras: Utilizadas no tráfego de passagem e local e para o itinerário de ônibus. A velocidade máxima permitida é de 40 km/h.

Vias expressas: São utilizadas para longos percursos de veículos, com velocidade máxima de 80 km/h nas áreas urbanas e sem uso de semáforos.

O quadro 3 apresenta as larguras mínimas, recomendadas e máximas para cada classificação de via, o que deve ser analisado e empregado conjuntamente com as possibilidades topográficas e legislativas de cada área onde são construídas estradas de rodagem.

Quadro 3: Largura das faixas de acordo com o tipo de via

Tipo de via	Largura mínima (m)	Largura recomendada (m)	Largura máxima
Local	2,70	2,85	3,00
Coletora	3,00	3,30	3,45
Arterial	3,30	3,45	3,60
Expressa	3,60	3,75	3,90

Fonte: Adaptado de Gondim (2010)

Como alternativa ao uso de veículos, e visando evitar o trânsito intenso destes nas cidades, têm se recorrido ao uso de bicicletas de maneira crescente. De acordo com o manual de pavimentações do DNIT (2006) o uso, em geral, de uma largura pavimentada de 3,00 m é recomendada para uma ciclovia de dois sentidos. A largura mínima para uma ciclovia de um sentido, por sua vez, é de 1,50 m. É necessário, para esse último caso a fiscalização adequada, visando utilizar a ciclovia no único sentido que ela é capaz de atender.

5.3 Metodologias para projetos de espaços públicos

A elaboração de projetos para espaços públicos pode adotar diversas metodologias à depender do uso e objetivo das obras que se deseja construir. Todavia, é essencial a adoção de um passo a passo, condizente com a realidade do ambiente de trabalho e, sobretudo, visando o atendimento das características e necessidades da população residente. Para tanto, dentre as opções de elaboração e execução de projetos adotam-se aqui os procedimentos recomendados pelo manual Espaços Públicos - Diagnóstico e metodologia de projeto (2013), no qual elenca-se os seguintes pontos:

- Mapeamento dos pontos de interesse
- Mapeamento dos problemas e potencialidades
- Análise dos espaços públicos: praças, ruas e parques
- Identificação das prioridades
- Identificação das alternativas

Visando o atendimento desses procedimentos, é essencial a divisão da elaboração do projeto em etapas, que quando consolidadas culminam em um projeto urbanístico dentro dos critérios até aqui expostos (Atendimento social, acessibilidade, respeito aos recursos naturais, legalidade urbanística /normativa e etc). Com efeito, as etapas descritas a seguir são primordiais e ao mesmo tempo, orientam o desenvolvimento correto de um espaço público:

Análise do entorno: A primeira etapa compreende o estudo preliminar do espaço construído antes da obra. É feito, para tanto, mapeamentos que visam listar as potencialidades e dificuldades a serem atendidas para a área objeto de intervenção. Procura-se com esses procedimentos a identificação de todas as interferências que podem impactar o novo espaço de maneira positiva ou negativa. Este levantamento será definitivo na implantação adequada do projeto e na sua integração com a cidade como um todo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da região (Espaços Públicos – Diagnóstico e metodologia de projeto, 2013, p. 30)

Análise do terreno: O terreno deve ser analisado do ponto de vista de sua topografia, revelando os desníveis e locação das construções. São desenvolvidas assim plantas de situação e topográficas, em que se obtém o diagnóstico do terreno e de suas curvas de nível. É feito uma análise minuciosa de todos os aspectos relevantes incidentes sobre a área a ser

projetada. A análise das características existentes definirá as necessidades para a execução técnica do projeto, bem como direcionará o desenvolvimento projetual, que deve ser baseado na realidade identificada e não em ideias preconcebidas. Um projeto feito com base na análise da problemática local contribuirá com a melhoria da qualidade de vida das áreas envoltórias e sua melhor inserção na malha urbana.

Apropriação dos espaços públicos: Para esse levantamento são analisados os usos do espaço público, o que implica na observação direta das formas de apropriação do lugar. Nesta parte, o uso de fotografias ou de checklists realizados em diferentes horários para o conhecimento das atividades realizadas em diferentes períodos. De acordo com o manual de espaços públicos – Diagnóstico e metodologia de projeto, (2003, p.35):

No levantamento da área envoltória de projeto são identificadas desde as apropriações do espaço público por atividades ocasionais, como as feiras públicas, até as apropriações por equipamentos que geram usos, como as bancas de jornal e mesinhas de restaurantes e bares locadas nas calçadas. A concentração de pessoas exercendo uma atividade específica também é uma importante diretriz de projeto.

Identificação das necessidades da população: Nesta etapa procura-se compreender as necessidades da população local, sendo um procedimento com importância equivalente as anteriores. Para o alcance dessa meta pode-se adotar métodos diversos com o objetivo principal de estabelecer a comunicação entre os projetistas e a população, dependendo do porte do projeto e do tempo disponível para o seu desenvolvimento. Entre estes pode-se destacar: Audiências públicas, conversas informais com os moradores, fotos dos usos e apropriação dos espaços públicos em diferentes períodos (Manual de espaços públicos – Diagnóstico e metodologia de projeto, 2003).

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Uma proposta de intervenção no espaço urbano necessita, em primeira instância, de um planejamento estratégico, como forma de garantir que os quesitos que subsidiaram a busca por melhorias no desenho ou imagem de uma determinada região, sejam garantidos. De fato, é a partir dessa análise complexa e ao mesmo tempo evidente, dado as inferências feitas a respeito do ambiente a ser transformado, que se idealiza um novo desenho a parti das características já existentes, e de acordo com as condições de melhorias plausíveis de serem atendidas. Com efeito, buscou-se um procedimento metodológico que justificasse as intervenções feitas, revelando as principais carências negligenciadas pelo poder público.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa feita é essencialmente exploratória, dado os critérios de execução que se pretende atender bem como a investigação do problema na busca pelos principais resultados. Como bem define Gil (2002, p.41), “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. A abordagem do trabalho foi essencialmente qualitativa, com análise e levantamento apropriado de materiais que subsidiaram o anteprojeto gráfico de qualificação urbana da área analisada. No tocante as consequências e necessidades vistas nos projetos de intervenção urbana, encontram-se semelhanças pontuais que servem de alicerce para o desenvolvimento de novos estudos. Sob esta perspectiva é feito um recorte espacial da cidade de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte (Figura 20), com vistas ao entendimento dos problemas socioespaciais, bem como uma amostra para o desenvolvimento de um projeto urbano.

Figura 20: Localização da cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte

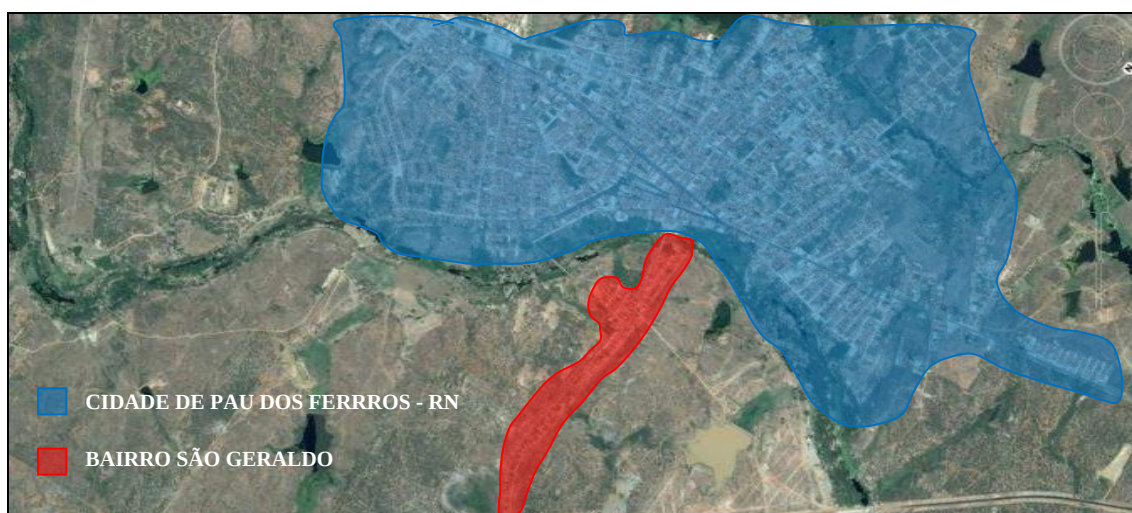


Fonte: Adaptado de Guia Cidades¹⁹ (2016)

¹⁹ Disponível em: <http://www.guianet.com.br/rn/maparn.htm> Acesso em maio de 2016

A Figura 21, mais especificamente, mostra a localização do bairro São Geraldo no município trabalhado. Na referida imagem nota-se a localização periférica do bairro, o que justifica juntamente com os conflitos sociais e urbanísticos, a sua escolha como área objeto de intervenção.

Figura 21: Imagem aérea do bairro São Geraldo



Fonte: Adaptado de Google Earth (2016)

Na busca pelo entendimento das questões envolvidas no processo de qualificação urbana atrelado a proposição de um projeto urbanístico de melhorias ao bairro São Geraldo, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa documental e bibliográfica, constando da busca por material abordando os temas de intervenção urbana com ênfase na revitalização dos espaços, em livros, artigos científicos, periódicos, dissertações e teses disponibilizadas em bibliotecas, acervos específicos e banco de dados. Esta etapa ocorreu durante todo o curso da pesquisa, sempre com a atualização e ou substituição do acervo preliminar.
- Levantamento topográfico e diagramação: Esta etapa compreendeu, em primeiro, a vetorização de imagens aéreas da comunidade do São Geraldo, através do uso do *software* Autocad® o que propiciou a obtenção do posicionamento dos lotes e sua formação. Com o uso do programa Google Earth®, por sua vez, foi coletado as coordenadas geográficas da área trabalhada e, por conseguinte, a diagramação é alocada em sua posição georreferenciada.
- Levantamento das potencialidades e dificuldades: Através de visitas periódicas à comunidade em horários distintos, é feito um mapeamento dos pontos de interesse que podem ser melhorados ou revitalizados, bem como das dificuldades, que necessitam serem supridas

pelo projeto de qualificação. Esta pesquisa foi realizada no decorrer de um ano, e propiciou a diagramação de mapas com os potenciais e problemas encontrados, o que subsidiou, por sua vez, as ideias para o projeto de qualificação urbana.

- Projeto preliminar de qualificação urbana atentando às questões levantadas ao longo da pesquisa e visando adequar o bairro São Geraldo às suas necessidades presentes e futuras, sem interferir de maneira negativa na vida de sua população. Para tanto foi realizado, primeiramente, um croqui a mão livre, com as concepções projetuais iniciais, possíveis locais de instalação dos espaços e ainda áreas de preservação. Posteriormente, o uso de ferramentas computacionais, principalmente o Autocad®, proporcionou o desenho definitivo do projeto preliminar na forma gráfico com ideias de espaços públicos de lazer e convívio.

- Avaliação dos resultados, feita ao longo de todo o percurso da pesquisa, com a reflexão à respeito dos dados obtidos, os conhecimentos adquiridos com estudos feitos e apreciação das consequências obtidas diante de cada interferência no projeto de qualificação urbana proposto.

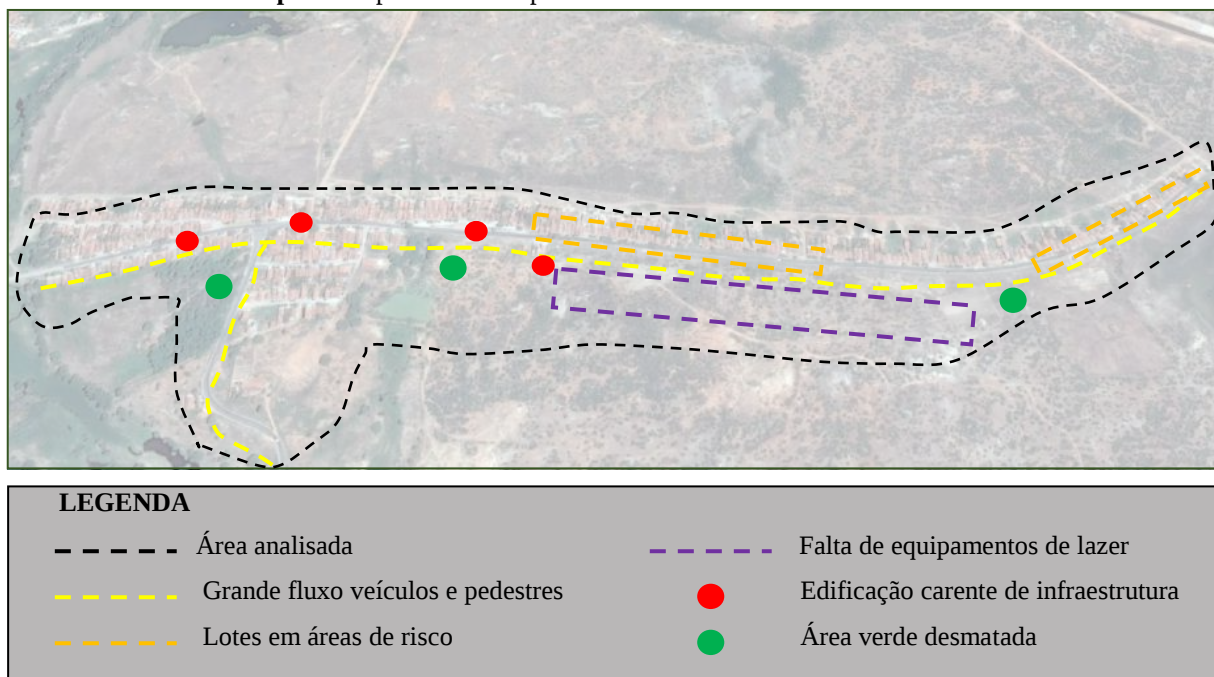
- Redação e divulgação do trabalho, consistindo na elaboração de texto relatando os resultados alcançados, sugestões e dificuldades encontradas, bem como a apresentação à comunidade científica como forma de incentivar a produção de novos trabalhos na área, bem como subsidiar-se como fonte bibliográfica ao estudo de projetos de intervenção urbana com características semelhantes ao do bairro São Geraldo.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 Análise da área de estudo

A compreensão das necessidades do São Geraldo é observada desde a análise inicial dos principais conflitos socioespaciais encontrados nas visitas à campo. Todavia, um estudo minucioso de cada um dos pontos positivos e negativos da área foi necessário para o desenvolvimento correto de uma proposta urbanística condizente com a realidade local. O bairro apresenta um traçado urbano que revela bem as origens, seu processo de expansão em concomitância aos problemas de infraestrutura ligados à sua consolidação. Sobre a problemática urbana da comunidade, infere-se com base nos preceitos da morfologia urbana, apoiada nos autores do urbanismo contemporâneo, os fatores que impulsionaram os empecilhos vivenciados pela população e seus frequentadores. Sob esta perspectiva, foi elaborado, de início o mapeamento das dificuldades e potencialidades locais, na justificativa das obras que serão apresentadas na próxima seção. O Mapa 01 foi construído subjacente às jornadas de campo realizadas durante o ano de 2015, e revela as principais dificuldades e pontos de conflito da região. É embasado neste levantamento que foi revelado as principais dificuldades e mudanças a serem propostas para o alcance das melhorias do bairro.

Mapa 1: Mapeamento dos pontos de conflito e dificuldades



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Sobre a malha viária que percorre o bairro bem como o modo de organização espacial das moradias é interessante a observação de alguns pontos que se atrelaram na configuração

desse cenário. Em primeiro, a circulação de veículos e pedestres é intensificada com a expansão habitacional do bairro paralelamente à instalação do campus universitário da UFERSA, justificando assim, o maior tráfego de veículos advindos das cidades circunvizinhas em busca do acesso ao ensino superior. Outro ponto contribuinte a essa situação, é a ampliação e reforma da BR 226 que liga a cidade de Natal (RN), ao município de Wanderlândia (TO), passando pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Tocantins. A consolidação dessa rodovia federal intensifica o uso da RN 177 (Rodovia estadual que liga Pau dos Ferros à BR 226) que passa pelo São Geraldo, e já era desde seus primórdios utilizada no acesso às cidades circunvizinhas. Com efeito, a RN 177 passa por um desgaste maciço bem como sua característica de via local não atende mais o tráfego viário que se consolidou nos últimos cinco anos.

A existência do conflito entre pedestres, veículos e ciclistas no sistema viário representada no Mapa 01, é, pois, desencadeada por conta da intensificação do trânsito e falta de investimentos na ampliação das estradas existentes e construção de meios de locomoção para pedestres e ciclistas. As Figuras 21 e 22 mostram a realidade de locomoção do bairro, onde é possível ver carros estacionados ao longo da via, veículos de grande porte dividindo espaço com pedestres e outros transportes não motorizados.

Figura 22: Alto Fluxo de veículos de vários portes na via do São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

Figura 23: Veículos estacionados a margem da estrada e ultrapassagens de risco no bairro



Fonte: Acervo próprio (2016)

A consolidação habitacional correlacionou-se ao desenvolvimento da malha viária que percorre o bairro. De fato, as moradias se instalaram bem próximas ao sistema viário sem a distância mínima estabelecida pelo DNIT para estradas de rodagem bem como pelas normas

de preservação ambiental. Um número significativo de moradias se localizam em valas sem condições topográficas para a construção segura e drenagem fluvial. Nos Assentamentos espontâneos as moradias são construídas antes de qualquer tipo de qualificação urbana e as precárias vias de acesso vão sendo desenhadas conforme o posicionamento das edificações. As Figuras 23 e 24, representam a realidade precária dos assentamentos formados na comunidade, onde são visualizadas casas próximas ao sistema viário e em lugares de difícil acesso.

Figura 24: Casas construídas em “valas” na comunidade do São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

Figura 25: Casas construídas bem próximas ao sistema viário do São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

Outra dificuldade em destaque é a existência limitada de equipamentos públicos de lazer. A escassez desses recursos é deficiente ao ponto de os moradores buscarem outros bairros em busca de entretenimento, ou ainda, atribuírem novos usos aos espaços existentes, como é o caso das crianças e jovens que fazem uso da academia ao ar livre, única praça pública do bairro (Figura 25), para as brincadeiras e convívio. A presença constante dos moradores nos bares e quiosques da comunidade revela ainda, os únicos atrativos comerciais e lúdicos existentes, limitando as opções de recreação (Figura 26).

Figura 26: Única praça do Bairro São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

Figura 27: Bar as margens da via de acesso do Bairro São Geraldo



Fonte: Acervo Próprio (2016)

Apesar de alguns investimentos pontuais da esfera pública no São Geraldo, nota-se a precariedade das obras existentes. A limitação dos recursos, fazem as obras serem ora escassas de atrativos para a população, ora sucateadas, pela falta de manutenção das edificações propostas. Além disso, é importante destacar a subutilização de obras da localidade, como é o caso escola de ensino fundamental que opera em condições aquém das desejáveis e a creche local, que apesar da construção finalizada em 2013 não está em funcionamento desde então (Figuras 27 e 28).

Figura 28: Escola de nível fundamental da comunidade do São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

Figura 29: Creche inutizada no Bairro São Geraldo



Fonte: Acervo próprio (2016)

No Quadro 4, são apresentadas todas as obras realizadas na comunidade São Geraldo pelo poder público nas duas últimas décadas.

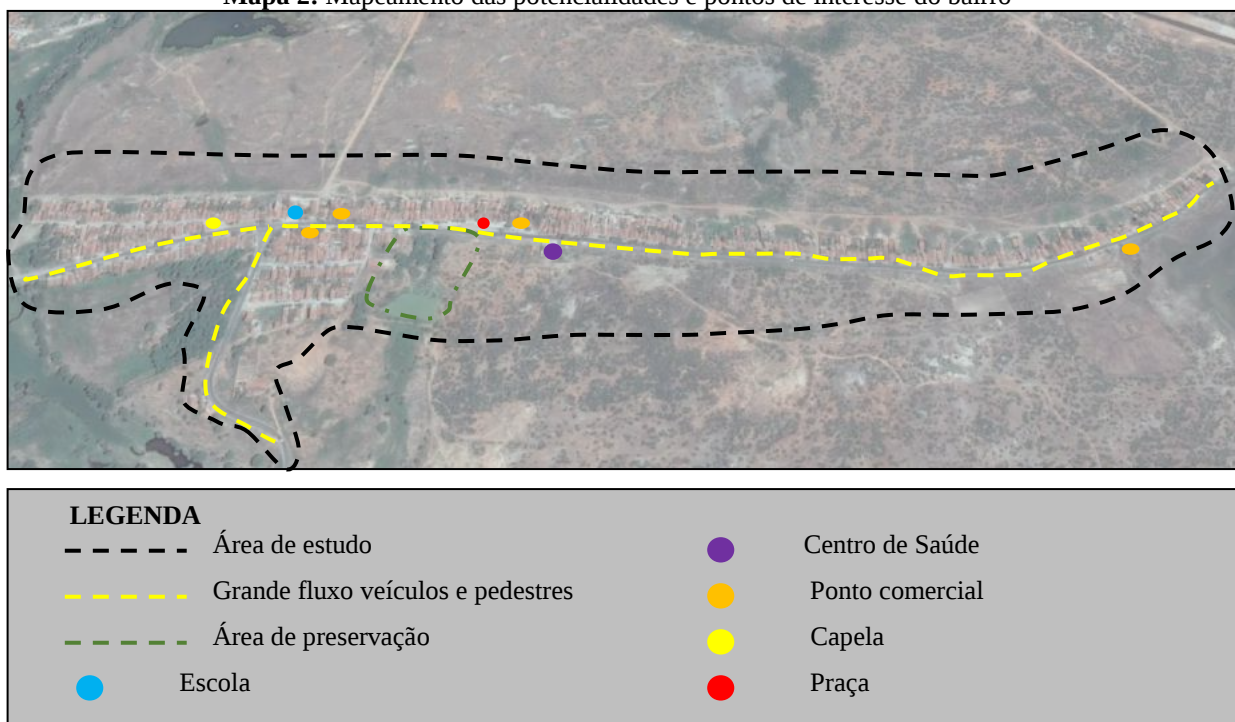
Quadro 4: Obras realizadas pelo poder público nas duas últimas décadas

OBRA	Quantidade	Ano de construção
Centro de Saúde	1,0	2010
Academia ao ar livre	1,0	2014
Ruas pavimentadas	3,0	-
Creche	1,0	2013
Escola de Nível Fundamental	1,0	2000

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Apesar das dificuldades existentes na comunidade pesquisada, é interessante a ressalva da existência de potencialidades e pontos de interesse que podem ser explorados e aperfeiçoados visando a promoção de equipamentos públicos de acesso livre à população local. Nesta perspectiva, elaborou-se o mapeamento das potencialidades do bairro para o desenvolvimento de uma proposta alicerçada nas melhorias urbanas e nas necessidades locais.

Mapa 2: Mapeamento das potencialidades e pontos de interesse do bairro



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Conforme está representado no Mapa 2, o bairro São Geraldo tem uma área relativamente grande para a instalação de novos e melhores equipamentos urbanísticos de que a população tanto precisa. Com relação as obras já existentes, é importante o destaque da existência de um centro de saúde, a capela e as já citadas escola de nível fundamental (Figura 27), creche (Figura 28) e polo de academia ao ar livre (Figura 25). Essas obras constituem uma lista de pontos de interesse da comunidade, de forma que devem ser preservados e requalificados, quando for o caso.

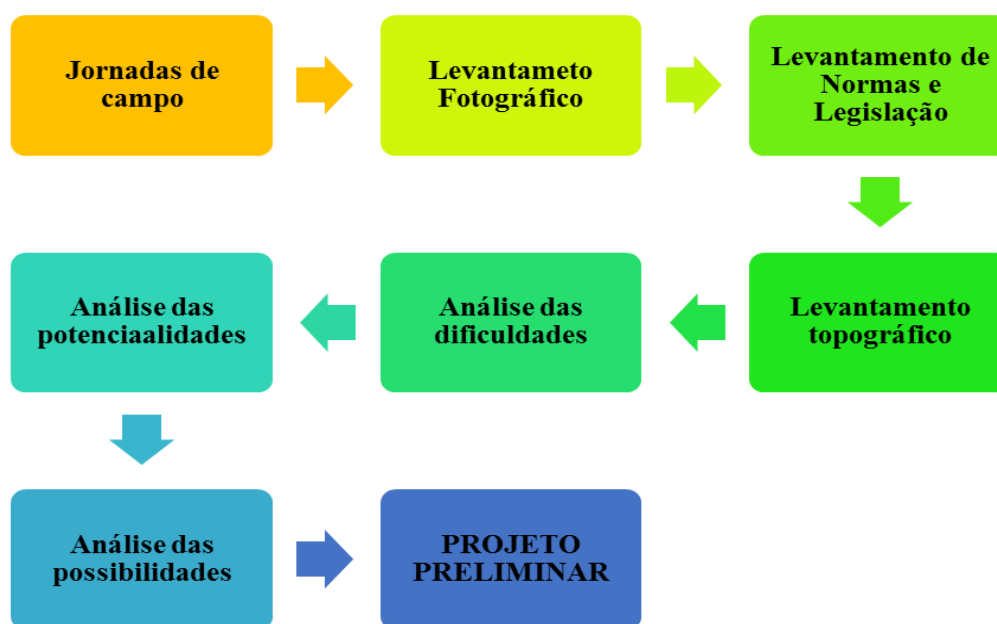
Posterior ao levantamento das potencialidades e dificuldades do bairro foi feito o reconhecimento do terreno, que consistiu na obtenção dos níveis ao longo da área objeto de análise. Esse reconhecimento topográfico, foi possível através do mapeamento das alturas relativas a pontos equidistantes (a cada 100 metros) através do *software google earth* e, posteriormente, com o uso do *TopoCal*, foram geradas as curvas de nível do terreno. O apêndice A mostra a planta topográfica obtida através desses procedimentos. Nessa é possível notar a existência de muitas declividades ao longo do perímetro estudado, com pontos mais planos e outros com maiores depressões. Pensando nessa caracterização, o anteprojeto em discussão, procurou o desenvolvimento de um trabalho respeitando e/ou, usufruindo da topografia característica, como será visto adiante.

7.2 Uma proposta de qualificação urbana para o bairro São Geraldo – estudo preliminar

Várias são as metodologias utilizadas na elaboração de projetos de espaços públicos. Sob esta perspectiva, o mapeamento das dificuldades e pontos de interesse realizados, possibilitou a concepção de procedimentos adequados a realidade da área em estudo. O primeiro passo compreendeu, pois, o levantamento detalhado de cada local com suas especificidades. De posse dessa caracterização, buscou-se a utilização do melhor método de atendimento das necessidades locais, dos desejos da população, de suas prioridades. Escolheu-se, pois, o registro fotográfico na identificação dos usos e apropriações dos espaços, o que revelou, as atividades mais procuradas pelos moradores, suas maiores carências e, por conseguinte, as intervenções adequadas ao estabelecimento da democratização dos espaços públicos. Concomitantemente, as jornadas de campo alicerçaram essa percepção inicial, na compreensão da imagem do lugar sob a ótica pessoal e externa. Em outras palavras, foi entendível o que se pensa sobre o bairro São Geraldo, o que os moradores acham da sua situação estrutural bem como quais as reclamações e ensejos dos frequentantes da

comunidade. De posse dessas informações iniciais, procederam-se com a análise criteriosa das condições topográficas da área em estudo, desenvolvendo um projeto favorável as condições de relevo e, sobretudo, atentando para a viabilidade. Por fim, foi obtido a concepção projetual da qualificação urbana para o bairro São Geraldo pensando principalmente na intervenção sem prejuízos à vida da população, e atentando significativamente para a melhoria de sua qualidade de vida. A Figura 29 apresenta sinteticamente cada uma das etapas seguidas até a consolidação do projeto final.

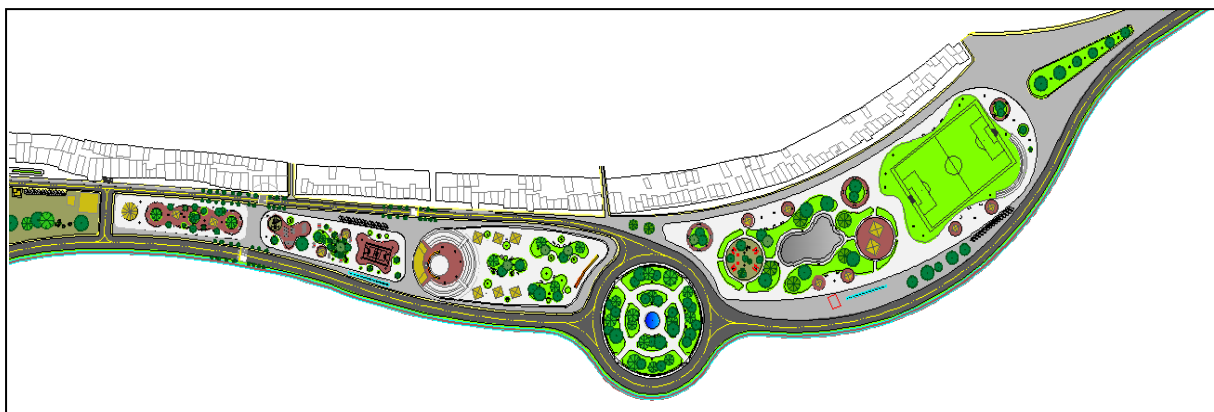
Figura 30: Fluxograma das etapas do estudo preliminar de qualificação urbana



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

O projeto desenvolvido (Figura 30) teve como vertentes as referências conceituais dos estilos moderno, contemporâneo e clássico. As diretrizes legislativas sobre acessibilidade, preservação das áreas verdes, dimensionamento das vias, passeios e ciclovias nortearam os novos traçados dos espaços públicos propostos. A ideia do estudo preliminar envolveu a criação de três praças, um jardim central, dois bosques e passeios públicos ao longo de toda a área de intervenção que em conjunto, sintetizam o projeto de um grande parque público com diversos equipamentos de lazer, a saber: *playgrounds*, quiosques, espaços de convívio e contemplação; caso do projeto do coreto e jardim central, além de mesas de jogos, quadras poliesportivas e pista de skate. O apêndice B, traz as soluções espaciais do estudo de forma detalhada, onde pode – se notar a presença de cada um desses elementos listados. Doravante, a seguir, será detalhado cada um dos espaços propostos com a justificativa para sua realização e preceitos utilizados no desenvolvimento do projeto.

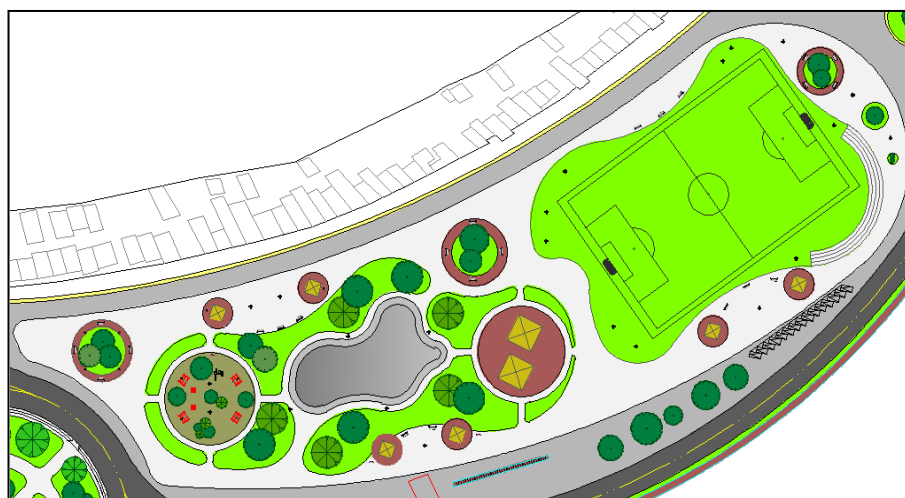
Figura 31: Proposta de qualificação urbana para a comunidade do São Geraldo



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A primeira proposta compreendeu a construção de uma praça poliesportiva (Figura 31) contemplando os seguintes elementos: Campo de futebol, pista de skate, playground e quiosques. Foi explorado o uso de áreas verdes e vegetação diversificada para proporcionar o passeio e contemplação. Como visto na Figura 31 e no apêndice B, em todo o projeto foi feito o uso intenso de áreas verdes, o que se justifica na amenização do clima quente característico da cidade, com a adequação dos ambientes ao uso diurno. Além disto, ressalta-se sobre a viabilidade econômica propiciada no uso de vegetação nas obras ao invés de alvenaria em alguns pontos. De fato, as árvores e gramas, são bem mais baratos do que outros materiais que poderiam substituí-las. Por conta da escassez de recursos hídricos e pelas condições climáticas locais, o uso de vegetação apropriada resistente à temperatura quente é primordial.

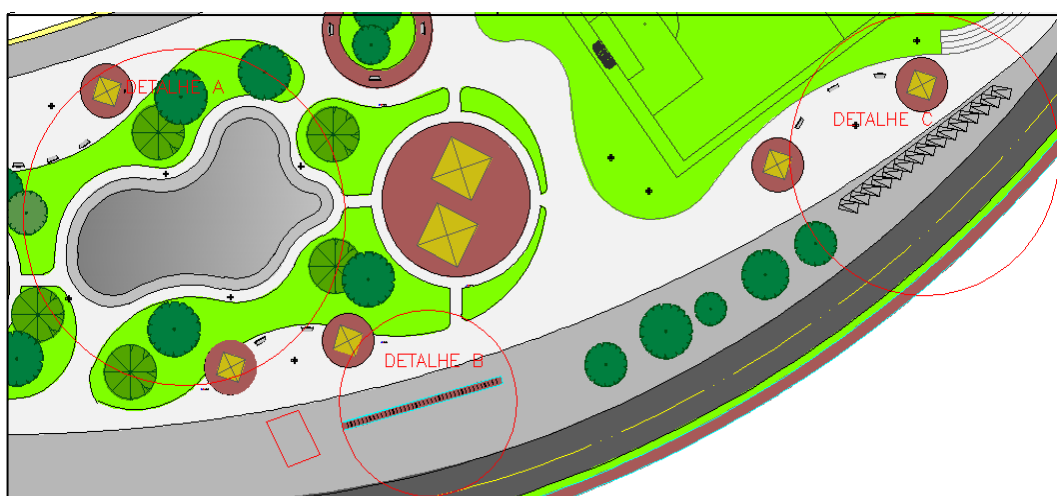
Figura 32: Praça de atividades esportivas



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A figura 32 traz alguns detalhes importantes a serem discutidos para essa área. O traçado das praças projetadas apresenta um estilo contemporâneo, onde é predominante o uso de traçados orgânicos nas formas dos jardins do contorno da praça. O campo de futebol e a pista de skate (Figura 32, Detalhe A) acompanham o mesmo estilo de traçado dos canteiros, com contornos a “mão livre”. Nos detalhes B e C da figura 32 são delimitados espaços para um bicicletário e estacionamentos, respectivamente.

Figura 33: Detalhamento da praça de atividades esportivas



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Na figura 33 é mostrada uma inspiração que serviu de base para a proposta da pista de skate em formato de piscina.

Figura 34: Proposta de pista de Skate em formato de piscina



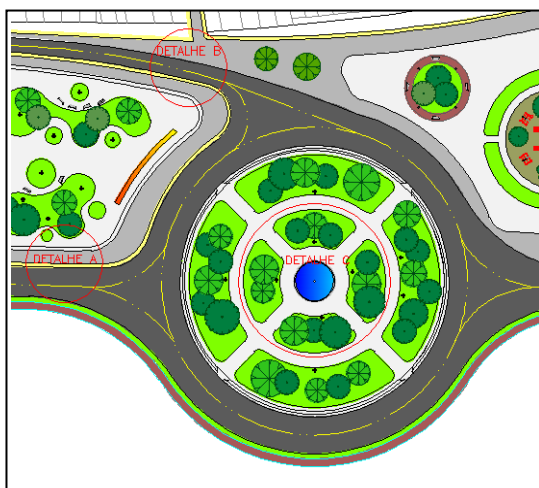
Fonte: Estúdio Nordarch (2014)²⁰

²⁰ <Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2014/09/pista-de-skate-na-dinamarca-ajuda-a-evitar-inundacoes/>> Acesso em março de 2016

O lazer esportivo, é uma atividade bastante solicitada pela população de todas as cidades, apesar de em sua maioria, estarem associadas a comercialização e privatização de espaços com essas finalidades. Para a comunidade estudada, a criação desse espaço propiciaria o acesso ao esporte e a saúde, bem como, cederia a população uma opção diferente das existentes.

A Figura 34, apresenta uma proposta de jardim central que funcionaria ao centro de uma rotatória cujo objetivo principal é a organização do trânsito caótico na localidade. Ao invés de trabalhar somente com a via já existente, criou-se uma nova via com largura de 12 metros. Cada uma das pistas funcionaria em um único sentido conforme indicado nos Detalhes A e B da figura 34, de forma que a antiga trabalharia com o fluxo de veículos no sentido centro de Pau dos Ferros, enquanto a nova proporcionaria o trajeto da referida cidade até a BR 226. Essa espécie de praça central, tem como função, *a priori*, como divisos organizador entre as vias, o que não impede o passeio pelos moradores para a contemplação dos seus canteiros e fonte ao centro (Detalhe C, Figura 34). A Figura 35, mostra a praça Raul Soares em Belo Horizonte – MG implementada com mesmo estilo e funcionalidade da proposta em discussão.

Figura 35: Proposta de jardim central e rotatória



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 36: Praça Raul Soares, Belo Horizonte - MG



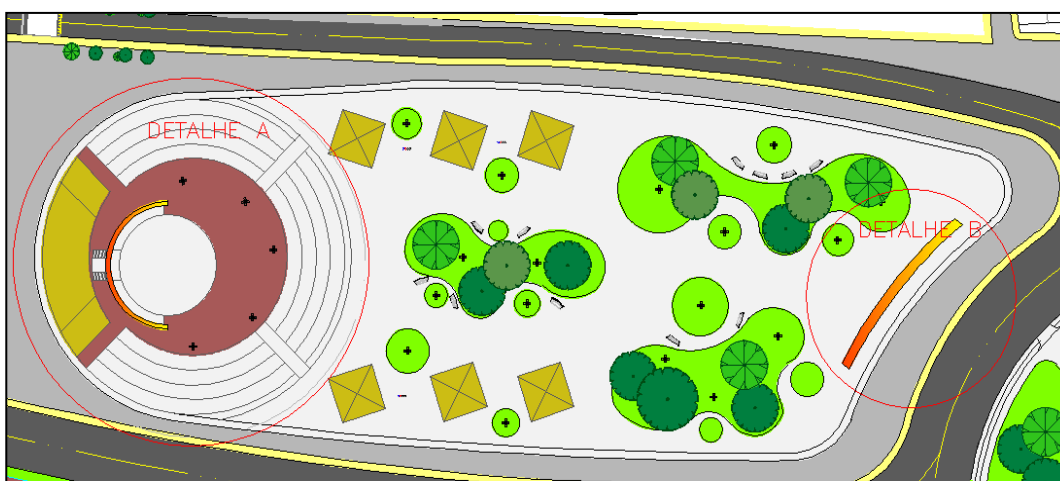
Fonte: ME/Portal da Copa/Nitro Imagens (2015)²¹

Uma questão que deve ser abordada, sem dúvidas, numa possível intervenção do São Geraldo, seria o acesso ao lazer cultural. Conforme colocam Robba e Macedo (2002), as praças da atualidade também incorporaram essa função e podem conceder a população o acesso a shows, apresentações teatrais e outras manifestações artísticas. Pensando nisto, a

²¹ Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/minas247/101570/Copa-BH-lan%C3%A7a-projeto-para-atrair-investimentos.htm>> Acesso em maio de 2016.

segunda praça desse anteprojeto incorpora a função de lazer cultural, com espaços para apresentações, encontros e eventos. Conforme pode ser visto na figura 36 (Detalhe A), foi criado um anfiteatro com arquibancadas, rampas de acesso, camarim e palco central, aproveitando – se a declividade do terreno nesse ponto do bairro, e por conseguinte, adaptando o projeto as dificuldades topográficas da localidade. No detalhe B da Figura 36, projetou-se um pórtico de entrada na praça, que remete ao estilo moderno e dá a sensação de recepção. Ao longo desse espaço, pode-se notar a presença de canteiros com traçado orgânico e bancos em formatos de semicírculo, arranjados de forma a incentivar o encontro de grupos para a conversa e descontração.

Figura 37: Praça voltada ao lazer cultural



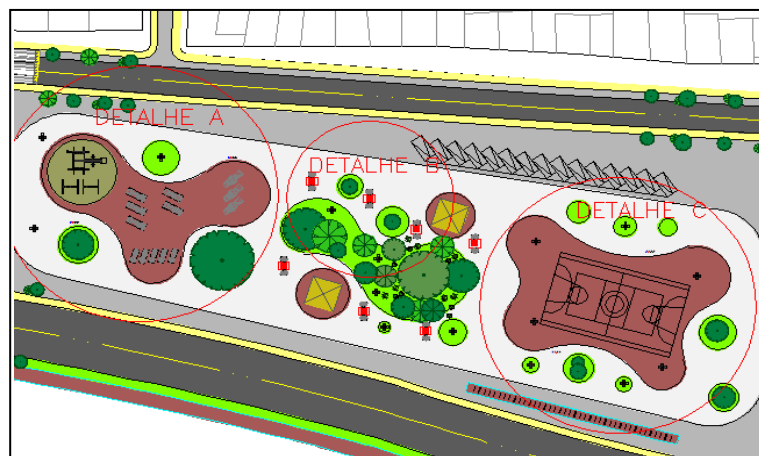
Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A importância dessa vinculação entre os espaços de usos culturais (Museus, teatros, espaços para eventos musicais, festas populares etc), “gastronômicos” (bares, lanchonetes e restaurantes) e de consumo de modo geral (lojas diversas) propicia o prestígio das intervenções bem como incentiva o investimento na realização desses empreendimentos, o que pode ser utilizado como uma ferramenta para a execução desses projetos (Sakata, 2011).

Outro ponto a se relevar no projeto é a necessidade de adaptar os usos e espaços já existentes na área objeto de intervenção. Nesta perspectiva, foi sugerido uma praça que reutilize e amplie os equipamentos da academia ao ar livre que o bairro dispõe. Além disso, foi perceptível no mapeamento das potencialidades, o gosto das crianças por essa área de atividades físicas de forma que é sustentável a ideia de integrar a academia junto com uma área para lazer do público infantil. Nesta perspectiva, a praça da figura 37, foi elaborada pensando no incentivo ao convívio lúdico entre as famílias do bairro, uma vez que integra equipamentos voltados desde os mais jovens até os mais velhos. No detalhe A da Figura 37,

por exemplo, foi implantado equipamentos de ginastica e um espaço com *playground*. Nos detalhes B e C, são vistos, respectivamente, mesas de jogos junto a um espaço verde e uma quadra poliesportiva. A instalação de outro bicicletário e estacionamento foi feita junto a este espaço.

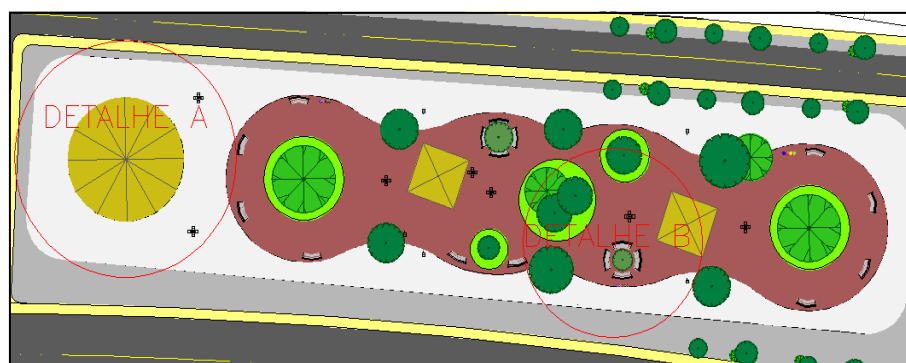
Figura 38: Praça de recreação para diversas idades



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Como coloca Viero e Barbosa Filho (2009), os benefícios de praças públicas com essas características são, vários e propiciam o conforto e o bem-estar na apropriação do lugar. Ainda pensando no aproveitamento dos relevos da área em estudo, foi proposto a praça da figura 38, que devido a sua localização no ponto mais alto do bairro²², poderia ser utilizada como mirante por conta de sua vista para a cidade de Pau dos Ferros. O detalhe A da referida figura, corresponde a um coreto baseado no estilo clássico justamente para incentivar a contemplação e o passeio nesse espaço. O detalhe B, traz novamente a ideia de arranjo dos bancos nas praças de maneira a incentivar a reunião entre as pessoas.

Figura 39: Praça com vista para a cidade

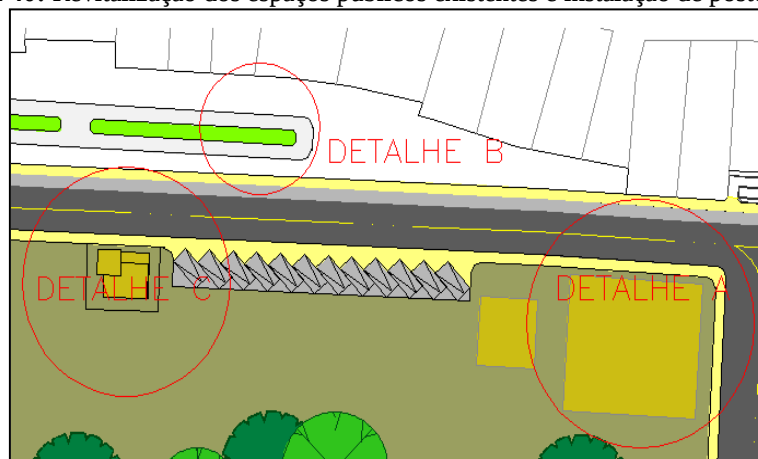


Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

²² No apêndice C é possível conferir o projeto com as curvas de nível e alturas das locações dos projetos

Como foi visto até agora neste anteprojeto, a proposta de qualificação preocupou-se com vertentes como a saúde, os esportes e o lazer. A revitalização e requalificação dos equipamentos públicos já existentes, também deve ser discutida e implementada. Para tanto, o centro de saúde do São Geraldo e a praça já existente representados na figura 39 (detalhes A e B, respectivamente) devem passar por ampliação e manutenção incorporando e adequando as estruturas a realidade local. Outra questão pensada, diz respeito à segurança pública, uma vez que a localização periférica do bairro propicia a violência e a insegurança. Neste sentido, a instalação de um posto policial foi um ponto pensando, e justificado por conta do pouco patrulhamento na localidade. O detalhe C da figura 39, mostra uma localização adequada para a instalação desse equipamento, enquanto a figura 40 apresenta um modelo de projeto que pode inspirar uma proposta mais detalhada.

Figura 40: Revitalização dos espaços públicos existentes e instalação de posto policial



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 41: Modelo de posto policial

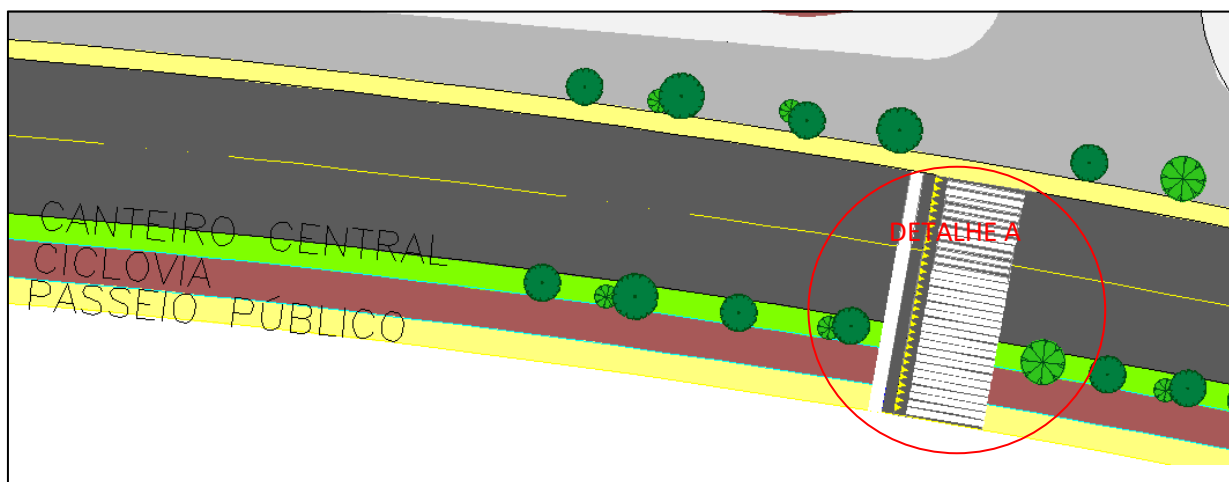


Fonte: Prefeitura de Maceió (2016)²³

²³ Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/semppma/noticias/revitalizacao-do-corredor-vera-arruda-comeca-nesta-sexta-feira/>> Acesso em maio de 2016

A criação de novas vias para adequar o trânsito às necessidades de locomoção deve ser uma prática adotada quando ocorre a expansão territorial e consequentemente a expansão das cidades conforme coloca Mascaró (2003). A via local do bairro, classificada assim de acordo com Gondim (2010), já não atende ao trânsito que passa pelo São Geraldo. Pensando nesse quadro, sugere-se a criação de uma via expressa, o que foi, uma das maiores interferências propostas por esse anteprojeto. A estrada projetada passa por uma área não habitada do bairro (assim como as demais propostas), no intuito de não haver nenhuma desapropriação, e segue as distâncias mínimas de preservação ambiental. Ao longo de toda sua extensão, projetou-se uma ciclovia separada da malha viária por canteiro central, além de passeios públicos nas extremidades da estrada e ciclovia conforme representado na Figura 41.

Figura 42:Proposta de via, ciclovia e passeios públicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

O detalhe A da Figura 41 mostra uma alternativa utilizada em alguns pontos do bairro no intuito de facilitar a acessibilidade dos pedestres: As faixas de pedestres elevadas. Como pode ser visto, esse tipo de sinalização liga os dois lados da calçada por uma faixa mais alta do que a via, o que aumenta a segurança do pedestre por conta da diminuição significativa de velocidade dos veículos.

É importante ressaltar, que todos os espaços projetados estão atentos aos recursos de acessibilidade como pisos de alerta, sinalização adequada e espaços específicos para pessoas com mobilidade reduzida. No tocante aos equipamentos urbanos desses espaços, recomenda-se para o uso de lixeiras ecológicas e para coleta seletiva, distribuídas de forma uniforme ao longo dos projetos aqui expostos; postes com diferentes graus de iluminação e tamanhos,

alocados em quantidades e posições adequadas à iluminação satisfatória; Escadas e passarelas para moradores com residências de difícil acesso aos espaços propostos. Todos esses itens, apesar de não detalhados por conta do projeto de qualificação aqui trabalhado corresponder a um estudo preliminar, devem impreterivelmente serem adicionados e adequados proposição de um desenho voltado à execução. Todavia, as ideias expostas foram elaboradas pensando na adaptação a estes recursos listados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão territorial das pequenas cidades foi decisiva no processo de periferização dos espaços e propiciou a instalação de inúmeros problemas de ordem socioespacial em várias localidades. A falta de planejamento urbano e, por conseguinte, os investimentos direcionados à áreas específicas da *urbe* causa uma restrição dos espaços de uso público e por conseguinte a sonegação do direito à cidade em sua totalidade. Os grandes projetos de urbanização, sobre essa afirmação, são instalados em locais específicos, fazendo com que os habitantes das áreas mais carentes fiquem restringidos a poucas formas de lazer e convívio. O processo de qualificação urbana se mostrou como uma forte ferramenta na promoção de espaços públicos edificados, sucateados ou eximidos de investimentos voltados a qualidade de vida e ao convívio social, desde que, estejam aliados as vertentes sociais e urbanísticas de preservação e características da área trabalhada.

O bairro São Geraldo, no curso da pesquisa, apresentou inúmeras dificuldades e carências que denotam o descaso do poder público para com a destinação de recursos e na consolidação de espaços voltados as reais necessidades locais. Não obstante, é nítido o potencial e a capacidade da comunidade para um processo de qualificação urbana visando o atendimento das especificidades locais e superação dos desafios urbanísticos e sociais aflorados com o seu crescimento. Sob essa perspectiva, torna-se possível a realização de intervenções urbanas com consideração às particularidades locais, e adaptação do projeto ao ambiente consolidado na preservação das edificações já existentes. Isso é possível, desde que, haja um estudo minucioso das possibilidades de alocação das mudanças propostas e atenção as diretrizes sociais e urbanísticas. O entendimento do lugar, dos ensejos da população e de suas reais necessidades é um ponto chave à esse processo. Nessa perspectiva a apropriação dos espaços e os usos feitos desses incentivam o que deve ser mudado e/ou preservado em uma região, como foi feito para a comunidade.

O anteprojeto proposto mostra a possibilidade de realização da qualificação urbana, mesmo que a área objeto desse processo apresente dificuldades sociais e técnicas como foi visto, por exemplo, no uso da topografia acidentada para a proposição de um anfiteatro e na criação de ambientes com função de mirantes (caso da praça com coreto) nas áreas com maior elevação. Ressalta-se que em termos de projeto preliminar, as ideias expostas apresentam-se como um alicerce ao desenvolvimento de projetos com maior nível de detalhamento e com estudos mais aprofundados sobre a comunidade, visando a confirmação das possibilidades e

necessidades em vistas a proposição de espaços públicos com viabilidade social, urbanística e econômica.

O projeto aqui discutido revelou a possibilidade de inclusão social, na democratização urbana, no direito à cidade plena. Com efeito, os espaços apresentados atentaram, desde sua concepção inicial, à promoção de um bairro com acesso aos equipamentos urbanos geralmente restritos à lugares com maior visibilidade e possibilidade de retorno capital. Para que essa finalidade seja concretizada, a execução destas ideias deve caminhar conjuntamente com meios de comunicação direta com a população, através de entrevistas com a comunidade, realização de audiências e outras pesquisas que possibilitem sanar o aprofundamento sobre à questão urbanística e social do bairro São Geraldo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo**. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Porto Alegre: Anais, 2010. 11 p.

BORGES, Willian Antonio; ROCHA, Marcio Mendes. **A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho**. Revista Geografia, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 383-400, set./dez. 2004.

BOTELHO, Tarcísio R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: Uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. Revista eure (Vol. XXXI, Nº 93), pp. 53-71, Santiago de Chile, agosto 2005.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**: instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. 3. ed. Brasília: DENATRAN, 2008. 232 p.

BRASIL. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. **Manual de Pavimentação**. Rio de Janeiro: 3ª ed, 2006.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF,

BRITO, Ana Laura Rosas et al. A cidade que liberta, não deixa andar: o caso dos passeios públicos do Bairro dos Estados-JP-PB, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 1 – 10

CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI. **O ESPAÇO URBANO: NOVOS ESCRITOS SOBRE A CIDADE**. SÃO PAULO: LABUR EDIÇÕES, 2007

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO. **Manual de Paisagismo**. São Paulo, 2008.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 004, de 18 de setembro de 1985**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental

CÔRREA, ROBERTO LOBATO. **O ESPAÇO URBANO**. SÃO PAULO: ÁTICA, 1989.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte. **Cartilha de informações Técnicas**, V.2.

Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do Programa Soluções para Cidades, Simone Gatti – São Paulo, ABCP, 2013.

EWALD; ARIANE PATRÍCIA, ET. AL. **O ESPAÇO ENQUANTO LUGAR DE SUBJETIVIDADE**. REVISTA MAL- ESTAR E SUBJETIVIDADE. V. 8, p. 755-777, 2008

DARODA, Raquel Ferreira. **As Novas Tecnologias e o Espaço Público da Cidade Contemporânea**. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibplex, 2013.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva. 3a ed. 2001

FERNANDES, Rosali Braga. **Relações e Interrelações do processo de periferização urbana**. Revista da FAEEBA, n.2, 1993.

GAELZER, Lenea. (1979) **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina

GONDIM, Monica Fiuza. **Cadernos de Desenho: Ciclovias**. [s. L.]: Coppe - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Constituição (1979). **Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979**.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição, Editora Atlas, São Paulo 2002.

Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificacoes. Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2016.

KEVIN, LYNCH. **A IMAGEM DA CIDADE**. EDIÇÕES 70, 1960.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil: Brazilian Urban Paarks**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stéphanie Helena. As Cidades e o Acesso aos Espaços e Equipamentos de Lazer. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, n. 44, p.55-66, 2006

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5ª Edição, editora Atlas. São Paulo, 2003.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos Urbanos**. Porto Alegre: L, 2003. 210 p.

MATOS, Fátima Loureiro de. **Espaços Públicos e qualidade de vida nas cidades – O caso da cidade Porto**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

MEIRA, Alessandra Rocha Meire; Araújo, Nelma Mirian Chagas de. Acessibilidade em edificações de uso público: Uma análise à luz da avaliação pós-ocupação. In: COSTA, Angelina Dias Leão; Araújo, Nelma Mirian Chagas de. **Acessibilidade no Ambiente Construído**. João Pessoa: Editora IFPB, 2014. Cap. 2. p. 137-162.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: Ação política e práticas de apropriação. Conceitos e procedências. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v.1 , n. 2, p.265-291, jun. 2009. Semestral.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, V.1, n. 3, 2º sem/1996.

NOBRE, EDUARDO A. C. **INTERVENÇÕES URBANAS EM SALVADOR: TURISMO E “GENTRIFICAÇÃO” NO PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA DO PELOURINHO**.

NOGUEIRA, MARIA LUÍSA MAGALHÃES. **SUBJETIVA E MATERIALIDADE: CIDADE, ESPAÇO E TRABALHO**. REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 21, n.1, p. 69-86, 2009

PASQUOTTO, Geise Brizotti. **Renovação, revitalização e Reabilitação: Reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas**. Revista complexus. Ano 1, N.2, P. 143-149, setembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. MARCO ANTÔNIO BRAGA. (Org.). **Curso Municipal de Recursos Paisagísticos**. São Paulo: 2012.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras: Public Squares in Brazil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002

SARMENTO, Bruna Ramalho; COSTA, Angelina Dias Leão. Discutindo o lugar do pedestre nas estruturas de circulação urbana. In: COSTA, Angelina Dias Leão; Araújo, Nelma Mirian Chagas de. **Acessibilidade no Ambiente Construído**. João Pessoa: Editora IFPB, 2014. Cap. 2. p. 33-51.

SAKATA, Francine Gramacho. **Paisagismo Urbano: Requalificação e Criação de Imagens**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 2011.

SILVEIRA, Tamyres Virgínia Lopes; CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. Pequenas cidades: Em busca de um conceito. In: SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 4., 2014, Ilhéus (ba). **Anais...** . Ilhéus (ba): Uesc, 2014. p. 1 - 12.

SOUZA, Leticia Fontanella. **Intervenção urbana na cidade pós-moderna: Rua Trajano Reis em Curitiba**. *Monografia de especialização*, 2012.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. **Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007.

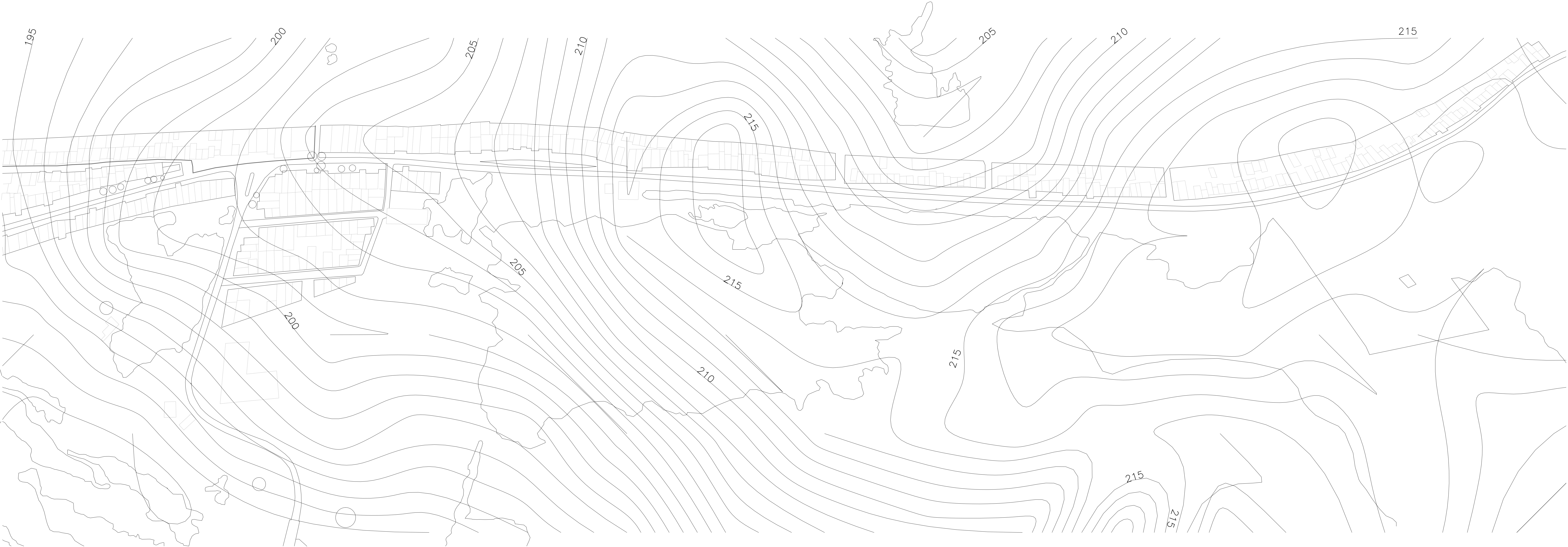
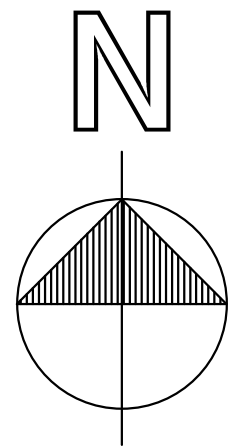
VIERO, Verônica Crestani. FILHO, Luís Carlos Barbosa. Jornada de Pesquisa e Extensão, 2009, ULBRA, Santa Maria. **Praças Públicas: Origem, Conceitos e Funções**. [s.l.]: anais, 2009. 3 p.

**APÊNDICE A – PLANTA TOPOGRÁFICA DO BAIRRO SÃO GERALDO EM PAU
DOS FERROS – RN**

**APÊNDICE B – PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO URBANA PARA A
COMUNIDADE DO SÃO GERALDO EM PAU DOS FERROS – RN**

**APÊNDICE C – PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO URBANA NA SITUAÇÃO
TOPOGRÁFICA DO TERRENO**

APÊNDICE A - PLANTA TOPOGRÁFICA DO BAIRRO SÃO GERALDO EM PAU DOS FERROS – RN



PLANTA TOPOGRÁFICA DO BAIRRO SÃO GERALDO



LEGENDA:

 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA) PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO CAMPUS PAU DOS FERROS BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
BANCA AVALIADORA: _____ ANTÔNIO CARLOS LEITE BARBOSA _____ TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA _____ EMANUEL FREITAS DA SILVA	ANOTAÇÕES:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Título: QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EDIFICADO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO SÃO GERALDO	
Detalhe da Prancha: PLANTA TOPOGRÁFICA	
Endereço: BAIRRO SÃO GERALDO – PAU DOS FERROS – RN	

ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DO PROJETO: FRANCISCO CARLOS PEREIRA ORIENTAÇÃO ANTONIO CARLOS LEITE BARBOSA – UFERSA COORIENTAÇÃO TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA – UFERSA	
Escala: 1:1.500 Direção-arquiteto: C:\Biblioteca Digital_Francisco Carlos Pereira_Trabalho de conclusão de curso	
Data: MAIO/2016	Prancha: 01/03

APÊNDICE B - PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO URBANA PARA A COMUNIDADE DO SÃO GERALDO EM PAU DOS FERROS – RN

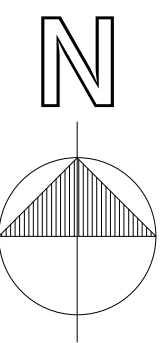


IMAGEM AÉREA DO BARRIO:



DETALHE C

PRAÇA COM ANFITEATRO: Anfiteatros são arenas ovais ou circulares rodeadas de degraus e céu aberto, remetendo ao conceito clássico de praça. Essa proposta tem como benefício a promoção de lazer recreativo no bairro, através de peças teatrais, shows musicais e demais eventos locais. Nessa mesma praça, é possível encontrar alguns quiosques e espaços para convivência e descanso.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

- 01 ANFITEATRO
- 02 ARQUIBANCADELA EM DEGRAUS
- 03 RAMPA DE ACESSO A POSTADORES DE DEFICIÊNCIA
- 04 PALCO CIRCULAR
- 05 CAMARIM

DETALHE F

PRAÇA DO LAZER ESPORTIVO: A necessidade de áreas de esportes e o gosto da população por esses espaços é nítido. O bairro São Geraldo, conta apenas com um campo improvisado para prática recreativa e em condições precárias. Pensando nisso, foi proposta uma praça dedicada aos esportes onde é possível contar com um campo com arquibancada e pista de skate em formato de piscina, além de playground e quiosques.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

- 01 PISTA DE SKATE COM FORMATO ORGÂNICO
- 02 QUIOSQUE
- 03 BANCOS EM FORMATO DE SEMI-CÍRCULO
- 04 PLAYGROUND EM CAIXA DE ÁGUA
- 05 VIA PROJETADA
- 06 CANTEIRO CENTRAL
- 07 BANHEIRO

DETALHE D

PRAÇA DE RECREAÇÃO: As praças contemporâneas incorporaram inúmeras funções como as esportes, a recreação e o comércio. Nessa proposta, idealiza-se um espaço para o lazer esportivo e de contemplação. A praça conta com mesas de jogos, quadra poliesportiva, academia ao ar livre, playground e espaço verde.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

- 01 QUADRA POLIESPORTIVA
- 02 MESAS DE JOGOS
- 03 ESTACIONAMENTOS
- 04 ÁREA VERDE
- 05 QUIOSQUES
- 06 VIA PROJETADA
- 07 VIA EXISTENTE
- 08 CICLOVIA PROJETADA
- 09 CANTEIRO CENTRAL

DETALHE E

CANTEIROS COM TRAÇADO ORGÂNICO: Grande parte da proposta de qualificação urbana desse projeto trabalhou com o uso de traçados orgânicos e formas livres de desenho, inspiradas no estilo de projeto inovador proposto por Roberto Burle Marx. Essa forma de desenho é menos rígida do que o moderno contemporâneo, e dá o ideal de maior liberdade e bem-estar para a população usuária desses espaços públicos.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

- 01 CANTEIROS COM TRAÇADO ORGÂNICO
- 02 CANTEIROS COM FORMAS GEOMÉTRICAS
- 03 QUIOSQUE E BANHEIRO

DETALHE B

FAIXA DE PEDESTRES ELEVADA: Ao longo da nova e antiga via da comunidade, são propostas faixas de pedestres elevadas, cujo intuito, é proporcionar o acesso aos espaços públicos projetados com segurança.

PASSEIOS: Os passeios projetados conjuntamente com a arborização proposta ao longo do bairro, permite o caminho seguro e agradável.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

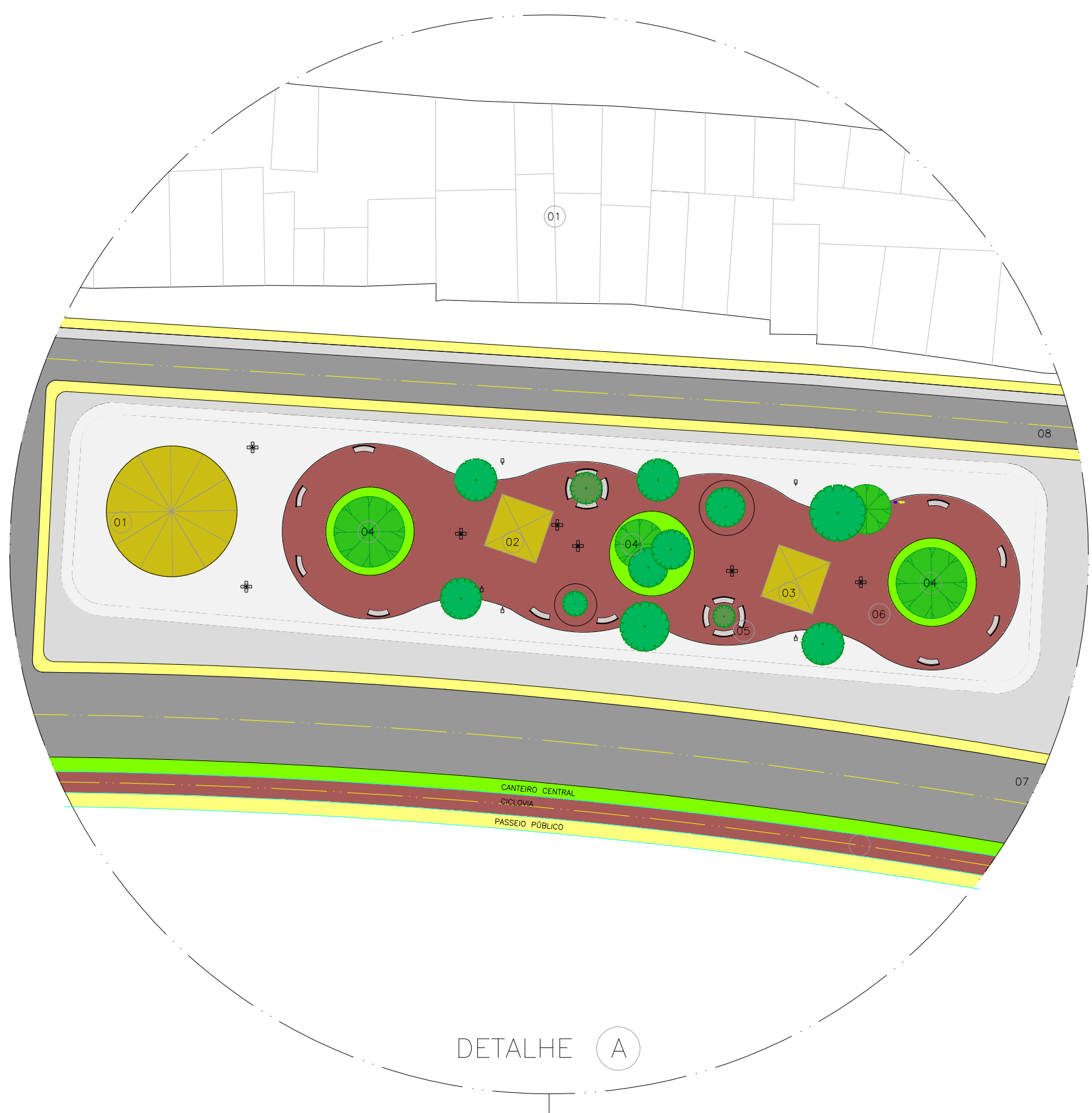
- 01 FAIXA DE PEDESTRES ELEVADA
- 02 PASSEIO PÚBLICO
- 03 ARBORIZAÇÃO E VEGETAÇÃO ADEQUADA AO CLIMA LOCAL
- 04 ALGUNS PONTOS ASFALTADOS COM PARALELEPÍPEDO

DETALHE A

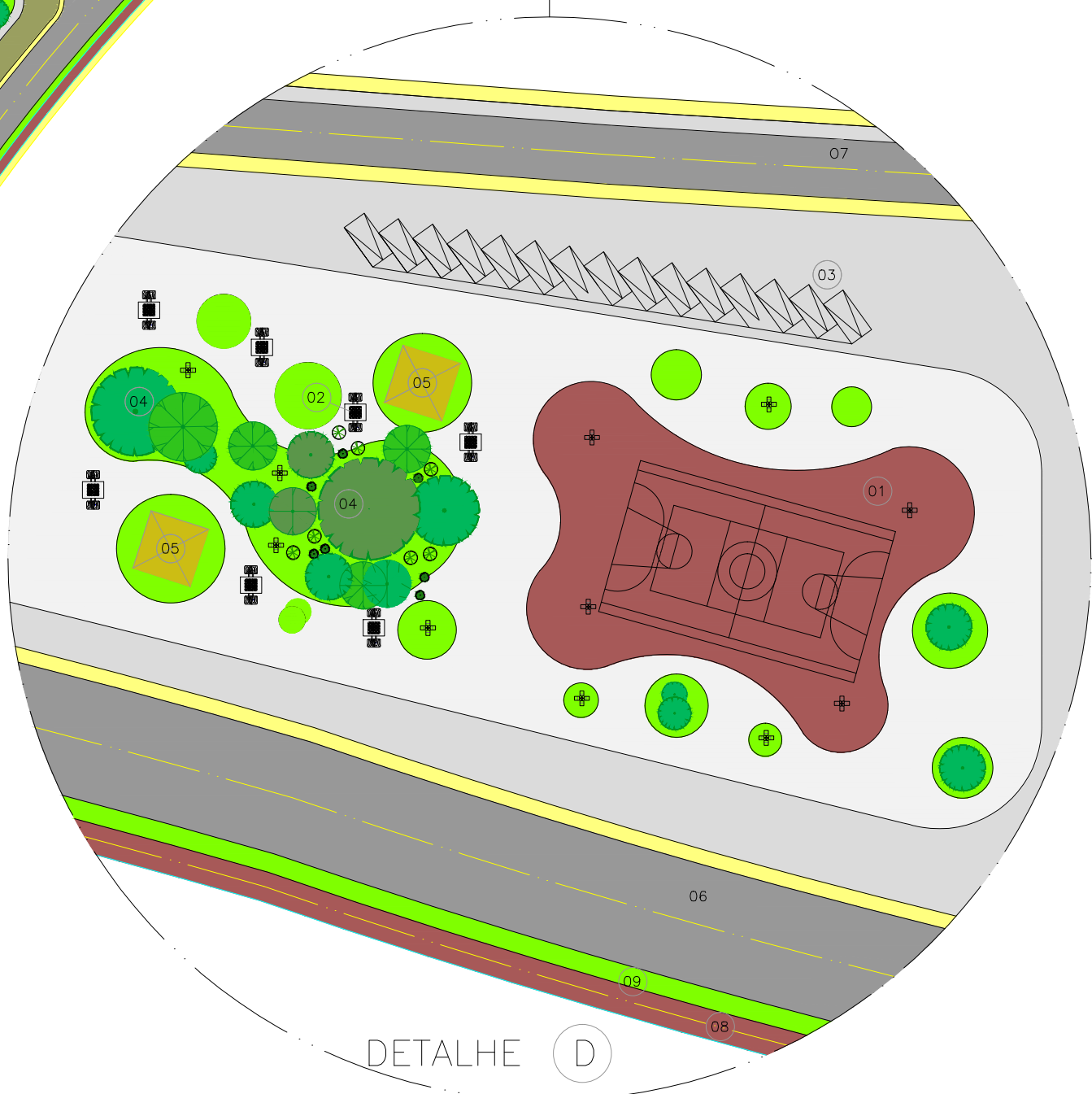
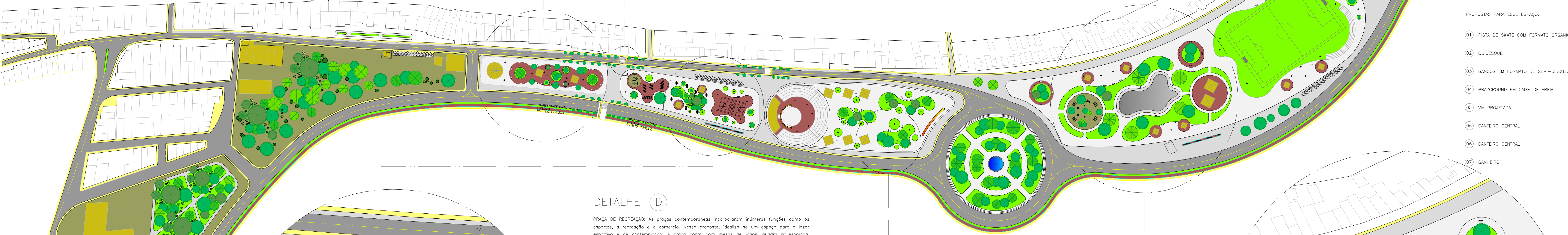
PRAÇA COM VISTA PARA A CIDADE: Aproveitando-se a topografia do terreno, pensou-se em uma praça no ponto mais alto do bairro, no intuito de proporcionar a contemplação da vista para a cidade. Os frequentantes da praça têm a sua disposição um coreto inspirado no estilo clássico arquitetônico, espaço para encontros, através de bancos em formato geométrico arranjados de forma a incentivar a conversa e as reuniões de grupo.

PROPOSTAS PARA ESSE ESPAÇO:

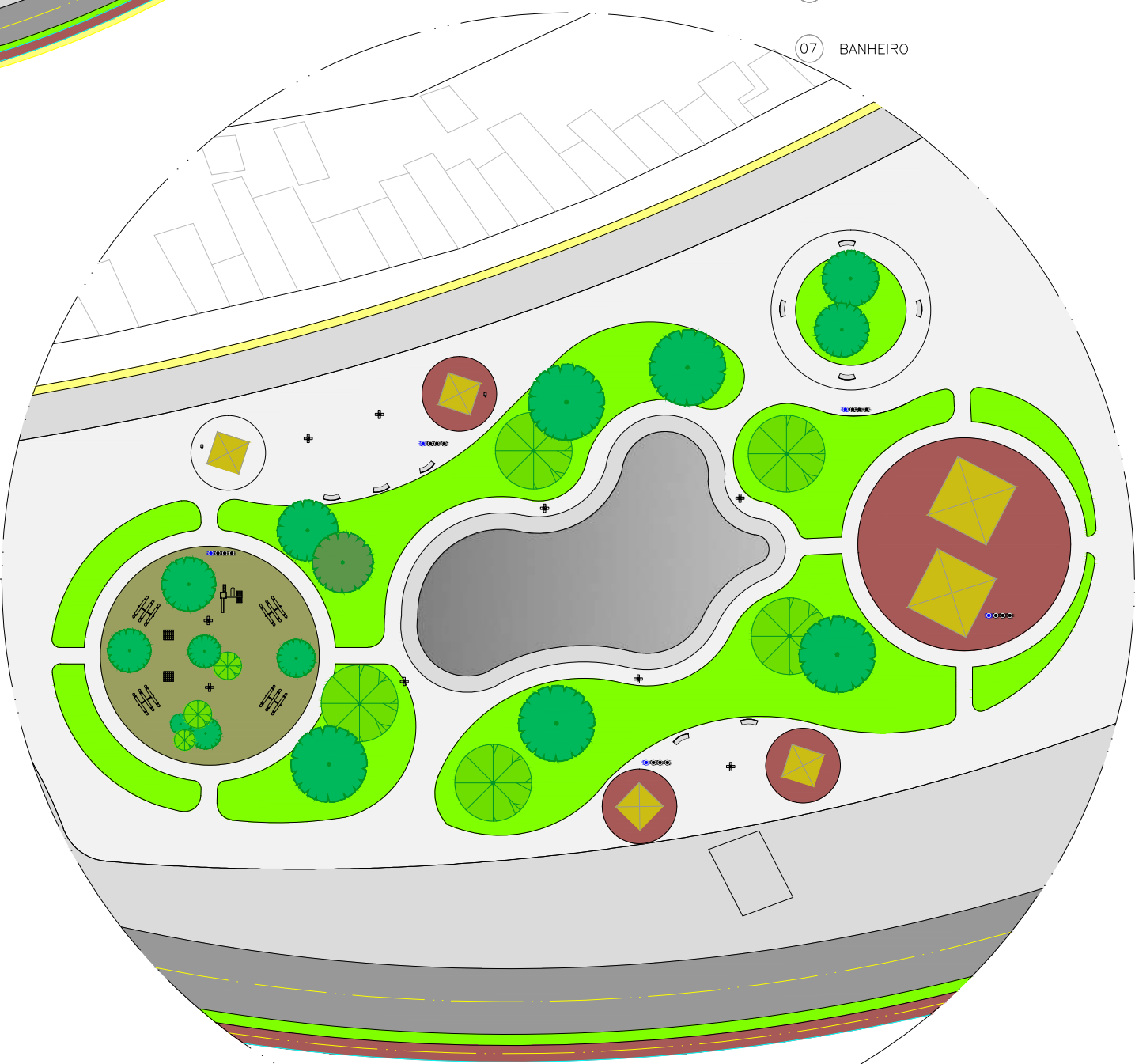
- 01 CORETO COM ELEMENTOS NO ESTILO CLÁSSICO
- 02 QUIOSQUE COM BANHEIRO
- 03 QUIOSQUE COM BANHEIRO
- 04 CANTEIROS EM FORMATO CIRCULAR NO CENTRO DA PRAÇA
- 05 BANCOS EM FORMATO SEMI-CIRCULAR
- 06 FORMATO ORGÂNICO PARA O PISO E COM CONCRETO EM OUTRA TONALIDADE
- 07 VIA PROPOSTA
- 08 VIA EXISTENTE
- 09 CICLOVIA PROPOSTA
- 10 CANTEIRO CENTRAL
- 11 PASSEIO PÚBLICO
- 12 LIXEIRAS
- 13 LOTES EXISTENTES



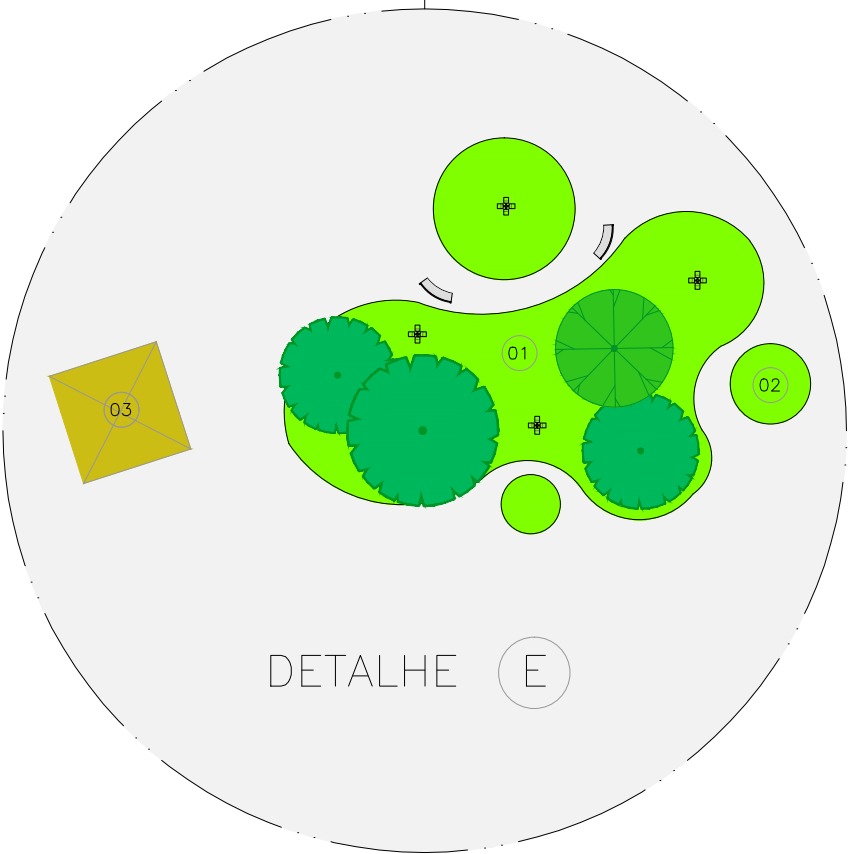
DETALHE A



DETALHE D



DETALHE F



DETALHE E



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS PAU DOS FERROS
BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BANCA AVALIADORA:

ANTÔNIO CARLOS LEITE BARBOSA
TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA
EMANUEL FREITAS DA SILVA

ANOTAÇÕES:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título:

QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EDIFICADO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO SÃO GERALDO

Detalhe do Projeto:

PROJETO URBANÍSTICO GERAL

Endereço:

BAIRRO SÃO GERALDO – PAU DOS FERROS – RN

ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DO PROJETO:

FRANCISCO CARLOS PEREIRA

ORIENTAÇÃO:

ANTONIO CARLOS LEITE BARBOSA – UFERSA

COORDENAÇÃO:

TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA – UFERSA

Escala:

1:2000

Data:

MAIO/2016

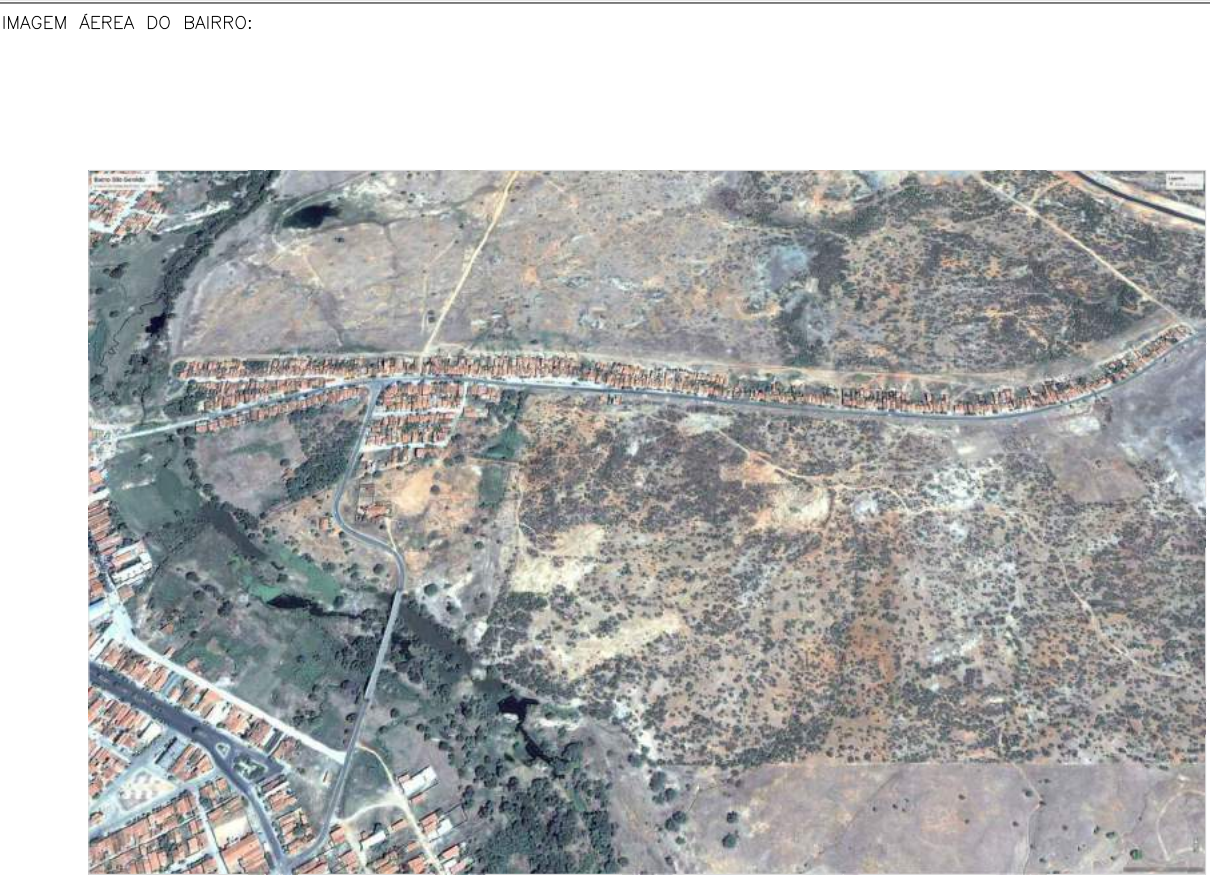
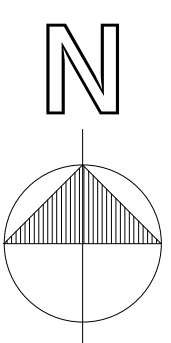
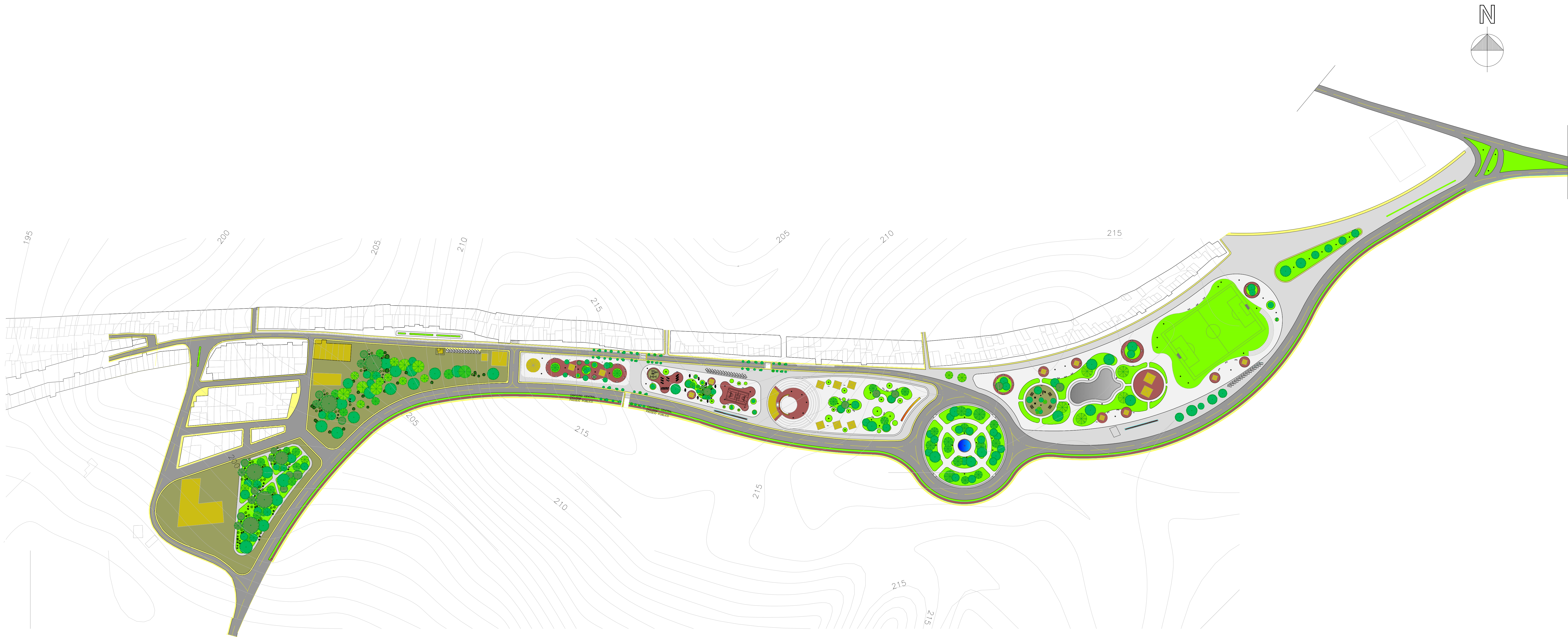
Projeto:

02/03

Arquivo:

Urbanismo Digital_Francisco Carlos Pereira_Trabalho de conclusão de curso

APÊNDICE C - PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO URBANA NA SITUAÇÃO TOPOGRÁFICA DO TERRENO



- LEGENDA:
- Poste
 - Poste
 - Poste
 - Árvore
 - Árvore
 - Arbustos
 - Liveiras
 - Banco em formato semi-circular



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEM –ARIDO (UFERSA)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS PAU DOS FERROS
BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BANCA AVALIADORA:

ANTÔNIO CARLOS LEITE BARBOSA
TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA
EMANUEL FREITAS DA SILVA

ANOTAÇÕES:

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título:
QUALIFICAÇÃO URBANA NA PROMOÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EDIFICADO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA A COMUNIDADE DO SÃO GERALDO

Detalhe do Prancha:

PROJETO URBANÍSTICO GERAL

Endereço:

BAIRRO SÃO GERALDO – PAU DOS FERROS – RN

ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DO PROJETO:

FRANCISCO CARLOS PEREIRA

ORIENTAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS LEITE BARBOSA – UFERSA

COORDENAÇÃO

TRICIA CAROLINE DA SILVA SANTANA – UFERSA

Escala:

1:2000

Desenho em arquivo:

Contribuição Digital: Francisco Carlos Pereira, Trabalho de conclusão de curso

Data:

MAIO/2016

Prancha:

03/03

URBANISMO